

15 NOV 2014

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

CNJ arquiva investigação sobre Clayton Camargo

Diego Ribeiro e André Gonçalves

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, determinou o arquivamento sumário do pedido de providências por suspeita de tráfico de influência contra o desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Clayton Camargo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu o pedido de providências em outubro do ano passado, logo após o ex-deputado estadual e filho do desembargador, Fábio Camargo, ser eleito conselheiro no Tribunal de Contas do Paraná. O CNJ suspeitou, na época, que suposta conduta de Clayton teria influenciado no resultado do pleito.

No dia 20 de outubro deste ano, mais de um ano depois, a ministra arquivou o caso por falta de provas. “Diante da ausência de elementos aptos a viabilizar a compreensão das alegações deduzidas pelo requerente, não é possível a apreciação deste pedido de providências”, despachou a ministra.

Outro processo

Uma questão de ordem — intervenção de alguma parte do caso para fazer alguma observação sobre o processo — de outro caso envolvendo Clayton Camargo está na pauta de julgamento do CNJ na próxima terça-feira. Como o caso corre sob sigilo, o CNJ não explicou do que se trata.



Clayton Camargo: suspeito de tráfico de influência.

Apesar do arquivamento da suspeita de tráfico de influência, o desembargador deve ter julgado contra si um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) em razão de suposta variação patrimonial incompatível com os rendimentos dele, que incluiria transações suspeitas de dois imóveis e de um veículo. O caso deve entrar na pauta do Conselho nas próximas semanas.

O ministro Francisco Falcão, que conduziu uma investigação preliminar na época, concluiu haver “fortes indícios” de irregularidades na conduta de Camargo. Ele e a subprocuradora da República Lindôra Maria Araújo defenderam a abertura do PAD e o afastamento do desembargador em outubro do ano passado.

Os indícios que embasaram o PAD estão em inquérito do Ministério Público Federal (MPF), em análise da Receita Federal das declarações de Imposto de Renda do magistrado entre 2006 e 2009.

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

DECISÃO

STF mantém Fábio Camargo afastado do Tribunal de Contas

Katna Baran

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski negou o pedido do conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR), Fábio Camargo, de retomar o cargo. A decisão, tomada na quarta-feira, reforça medida anterior do ministro Gilmar Mendes, relator do processo, que determinou o afastamento de Camargo da função em junho deste ano.

Apesar de confirmar o afastamento, Lewandowski manteve a decisão de não substituir Camargo na função que ocupava na 2ª Câmara do TC enquanto o processo ainda está em curso. O ministro alega que não há comprovação de "grave lesão", uma vez que as atividades da Câmara não foram suspensas. Também está mantida a impossibilidade de a Assembleia Legislativa do Paraná realizar uma nova eleição para conselheiro do TC.

Neste processo, o empresário Max Schrappe — um dos candidatos derrotados na eleição para o TC —, questiona duas possíveis irregularidades no processo de escolha de Camargo: a de que ele não teria sido eleito com a quantidade necessárias de votos dos parlamentares e de que a disputa não ocorreu em condições de igualdade, pois o período para pedidos de impugnação de candidaturas teria transcorrido sem que se pudesse ter acesso aos documentos apresentados pelos candidatos.

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Um ano depois das prisões, 6 dos 24 condenados no mensalão estão em casa

Eles cumpriam pena no regime semiaberto e foram beneficiados pela progressão de pena. Outros cinco aguardam decisão do STF

Taiana Bubniak

Há exatamente um ano, a Polícia Federal cumpriu os 12 primeiros mandados de prisão dos condenados no esquema do "mensalão". Desde então, foram outras oito prisões e mais quatro pessoas receberam penas alternativas e foram multadas. Seis dos 24 condenados — que cumpriam pena no regime semiaberto — estão em prisão domiciliar, ou seja, tem restrições mas podem trabalhar e frequentar a própria residência.

Outros cinco envolvidos que também receberam penas que podem ser cumpridas no semiaberto já pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a progressão da pena. Roberto Jefferson, ex-deputado, já teve um pedido de progressão negado e continua cumprindo a pena em um presídio.

Oito foram condenados ao sistema de regime fechado, que exige que ao menos um terço da pena seja cumprida em cadeias. Sete deles estão em prisões em Minas Gerais e Brasília. Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil, está foragido desde novembro de 2013 na Itália.

Atuação

O julgamento do mensalão é considerado um marco jurídico e para a sociedade, já que envolveu pessoas com prestígio. Mas a progressão das penas pode dar a entender que a punição é branda. Por isso, os desdobramentos sobre o mensalão podem iniciar novas discussões.

"O mensalão marca um modelo de atuação do Judiciário, que, pela primeira vez sinalizou que daria tratamento igualitário aos envolvidos, mesmo que poderosos", comenta Ivar Hartmann, professor da FGV-RJ, especialista em direito constitucional. Ele considera que agora, o modelo de atuação tem de partir do Judiciário, que, se reformar as penas, pode diminuir a sensação de impunidade. "Todos os crimes contra a administração pública têm penas baixas, se comparadas com os demais crimes. A sanção não reflete a maior gravidade desse crime e

quantidade de pessoas potencialmente afetadas", argumenta.

Execução

Também caberá ao Legislativo discutir com a população a execução penal, já que o debate sobre as formas de progressão de pena fica restrito aos especialistas. "O caso foi acompanhado de perto e a sociedade pôde ver como é a execução penal. Se por um lado, na teoria, a intenção é tornar a pena mais branda para que haja a ressocialização; por outro, na prática, a pena acaba sendo tão branda que nos questionamos se é o mínimo para que a lei seja levada a sério", comenta o promotor Fábio Guaragni.

Ainda de acordo com Guaragni, embora exista a pena máxima para os crimes, a tradição da jurisprudência brasileira é partir da pena mínima prevista em lei. "A partir da pena mínima legal, ainda são somados os agravantes, mas com a progressão, o impacto da sanção fica reduzido", explica o promotor. Ele também concorda que a discussão desse tema deve ser levada aos legisladores. "Quem não concorda com isto, precisa procurar o deputado em que votou ou que elegeu e compor o processo do debate público", diz.

CONTINUA

DOMICILIAR

Esta concessão do Judiciário prevê a progressão de pena para uma sanção mais branda a condenados que cumpriram um sexto da pena em regime semiaberto, tiveram bom comportamento e trabalharam durante o período. A cada três dias de trabalho, o detento pode descontar um dia da pena.

RESTRIÇÕES

Há restrições na domiciliar. O preso pode sair de casa para trabalhar, mas tem de ficar na residência entre 21 e 5 horas. Nos fins de semana, deve ficar em casa o tempo todo e é proibido de andar em companhia de outras pessoas que cumpram pena. Há ainda a restrição de portar armas, usar álcool e frequentar bares.

PRISÕES

Há um ano, foram expedidos os primeiros mandados de prisão de 12 dos 24 condenados. Seis deles já progrediram para prisão domiciliar. Veja, abaixo, a situação dos condenados no processo.



Regime semiaberto

Pode sair para trabalhar, mas tem de voltar à colônia penal à noite



Delúbio Soares

Ex-tesoureiro do PT

Pena: 6 anos e 8 meses
Crime: corrupção ativa

Preso em: 15/11/2013
Em prisão domiciliar desde: 30/09



Jacinto Lamas

Ex-tesoureiro do PL (atual PR)

Pena: 5 anos
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 15/11/2013
Em prisão domiciliar desde: 12/08



José Dirceu

Ex-ministro-chefe da Casa Civil

Pena: 7 anos e 11 meses
Crime: corrupção ativa

Preso em: 15/11/2013
Em prisão domiciliar desde: 04/11



José Genoino

Ex-deputado e ex-presidente do PT

Pena: 4 anos e 8 meses
Crime: corrupção ativa

Preso em: 15/11/2013
Em prisão domiciliar desde: 12/08.

Anteriormente, por problema de saúde, cumpriu quatro meses da pena em casa e internação hospitalar.



Valdemar Costa Neto

Ex-deputado (PR)

Pena: 7 anos e 10 meses
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 05/12/2013
Em prisão domiciliar desde: 11/11.



Bispo Rodrigues

Ex-deputado (PL, atual PR)

Pena: 6 anos e 3 meses
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 05/12/2013
Em prisão domiciliar desde: 23/09.



Romeu Queiroz

Ex-deputado (PTB)

Pena: 6 anos e 6 meses
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 15/11/2013
Pedi ao STF a prisão domiciliar em 05/11.



Regime fechado

Tem de cumprir ao menos um terço em cadeias fechadas



Cristiano Paz

Ex-sócio de Marcos Valério

Pena: 23 anos, 8 meses e 20 dias
Crimes: corrupção ativa, peculato e lavagem de dinheiro

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: M Gerais



Henrique Pizzolato

Ex-diretor de marketing do Banco do Brasil

Pena: 12 anos e 7 meses

Crimes: corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro

Preso em: 15/11/2013

Teve a prisão decretada, mas está foragido na Itália, país onde cidadania reconhecida. Não foi extraditado.



José Roberto Salgado

Ex-executivo do Banco Rural

Pena: 14 anos e 5 meses
Crimes: lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e evasão de divisas

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: M Gerais



Kátia Rabello

Ex-presidente do Banco Rural

Pena: 14 anos e 5 meses

Crimes: lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e evasão de divisas

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: M Gerais



Marcos Valério

Publicitário e principal operador do mensalão

Pena: 37 anos, 5 meses e 16 dias

Crimes: corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: M Gerais



Ramon Hollerbach

Ex-sócio de Marcos Valério

Pena: 27 anos, 4 meses e 20 dias

Crimes: corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: Br



Simone Vasconcelos

Ex-funcionária de Marcos Valério

Pena: 12 anos, 7 meses e 20 dias

Crimes: corrupção ativa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas

Preso em: 15/11/2013
Local da prisão: M Gerais



Vinícius Samarane

Ex-executivo do Banco Rural

Pena: 8 anos, 9 meses e 10 dias

Crimes: lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta

Preso em: 05/12/2013
Local da prisão: M Gerais

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Rogério Tolentino

Ex-advogado de Marcos Valério

Penas: 6 anos e 2 meses
Crimes: corrupção ativa e lavagem de dinheiro

Preso em: 12/12/2013
Pedi ao STF a prisão domiciliar em 04/11.



Roberto Jefferson

Ex-deputado e ex-presidente do PTB

Penas: 7 anos e 14 dias
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 21/02/2014
Já teve um pedido de prisão domiciliar negado e cumpre pena no presídio Ary Franco (RJ).



Pedro Henry

Ex-deputado (PP)

Penas: 7 anos e 2 meses.
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 13/12/2013
Pedi ao STF a prisão domiciliar em 04/11.



Pedro Corrêa

Ex-deputado (PP)

Penas: 7 anos e 2 meses
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Preso em: 5/12/2013
Pedi ao STF a prisão domiciliar em 04/11.



João Paulo Cunha

Ex-presidente da Câmara dos Deputados (PT)

Penas: 6 anos e 4 meses
Crimes: corrupção passiva e peculato

Preso em: 4/02/2014
Pedi ao STF a prisão domiciliar.



Regime aberto

Pode ser convertido em pena alternativa



Breno Fischberg

Doleiro

Penas: 3 anos e 6 meses
Crime: lavagem de dinheiro

Multado em:
R\$ 28,6 mil



Emerson Palmieri

Ex-secretário do PTB

Penas: 6 anos e 3 meses
Crimes: corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Multado em:
150 salários mínimos



Enivaldo Quadrado

Ex-dono da conetora Bônus-Barval

Penas: 3 anos e 6 meses
Crime: lavagem de dinheiro

Multado em:
R\$ 28,6 mil. Em março foi preso em operação Lava Jato



José Borba

Ex-deputado (PMDB)

Penas: 2 anos e 6 meses
Crime: corrupção passiva

Multado em:
R\$ 360 mil

ANÁLISE

“É uma resposta à tradição punitivista”, diz professora

A professora do Instituto de Direito Público (IDP) Soraia Mendes, especialista em direito penal, concorda que o men-

salão teve um caráter simbólico, pois houve investigação e prisão. “Mas as pessoas têm a sensação de que a pena não foi ‘justa’ porque ainda temos que desfazer uma cultura punitivista. Um ano de cerceamento de liberdade não é pouco”, contextualiza.

Soraia lembra que o controle penal continua. “Se na maioria dos casos, e em outros crimes, os condenados passam a vida cumprindo a pena ou aguardando o julgamento, é porque o sistema está falido. Mas não se pode desconsiderar o que está dentro da legalidade”.

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Ex-diretor da Petrobras e cúpula de empresas são presos

Empreiteiras são suspeitas de pagar propina para fechar contratos. Dezoito pessoas foram detidas ontem

CURTIBA E BRASÍLIA
Folhapress

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque e executivos da cúpula de grandes empreiteiras do país suspeitas de pagar propina para fechar contratos com a estatal. A ação é a sétima fase da Operação Lava Jato, iniciada em março deste ano, e que investiga esquema de lavagem e desvios de dinheiro.

Essas empresas — nove ao todo, pertencentes a sete grupos — têm contratos que somam R\$ 59 bilhões com a Petrobras, considerando o período de 2003 a 2014. Segundo as investigações, parte desses contratos se destinava a “esquentar” o dinheiro que irrigava o caixa de políticos e campanhas no país. A PF cumpriu mandados de busca e apreensão na sede dessas empresas.

Foram emitidos mandados de prisões preventivas e temporárias contra 27 pessoas, dos quais ao menos 18 foram cumpridos.

Prisão

O ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, indicado ao cargo pelo então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi preso no Rio. Ele é apontado por procuradores e policiais como o principal operador do PT nos desvios da Petrobras.

Segundo o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, a diretoria de Duque repassava 3% dos contratos que assinava para o PT. A diretoria de serviços cuidava dos projetos de engenharia e das licitações de obras que foram superfaturadas, segundo o Tribunal de Contas da União, como a refinaria Abreu e Lima e o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

Empresários

Entre os executivos que tiveram a prisão decretada pela Justiça Federal estão presidentes de cinco companhias: da OAS, da Camargo Corrêa Construções, da Iesa Óleo e

Gás, da UTC e da Construtora Queiroz Galvão.

Valdir Lima Carreiro (Iesa), José Aldemário Pinheiro Filho (OAS) e Ricardo Ribeiro Pessoa (UTC) estão presos. Dalton dos Santos Avancini (Camargo Corrêa) não foi localizado pela polícia. Ildelfonso Colares Filho (Queiroz Galvão) se entregou no fim da tarde de ontem.

Foram bloqueados R\$ 720 milhões de executivos, até o limite de R\$ 20 milhões por pessoa. Não houve bloqueio das contas das empresas, para não prejudicar a saúde financeira delas.

Sem político

A PF informou que nenhum político foi alvo da ação de ontem. Mas um dos mandados de condução coercitiva expedidos foi para Marice Corrêa de Lima, parente do Tesoureiro do PT, João Vaccari Neto (leia mais abaixo). Ela foi levada à PF para dar esclarecimentos.

Já o lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, apontado como operador do PMDB na Petrobras, entrou na lista de procurados da Interpol e do sistema nacional de procurados e impedidos. A PF tinha um mandado de prisão, mas não conseguiu localizar o suspeito de envolvimento em desvios da estatal.

Colaboraram Amanda Audi e Kelli Cadanus

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

NÚMEROS DA OPERAÇÃO

Confira os números mais importantes da 7ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada nesta sexta-feira



R\$ 59 bilhões em contratos com a Petrobras atualmente

9 empresas envolvidas

R\$ 720 milhões bloqueados nas contas de 36 suspeitos

23 funcionários e executivos

R\$ 1 bilhão em impostos não pagos pelas empresas

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

IMPOSTOS

Receita vai cobrar R\$ 1 bilhão de empreiteiras da Lava Jato

CURITIBA

Folhapress

O uso de empresas de fachada e outros crimes levará a Receita Federal a cobrar R\$ 1 bilhão em impostos não pagos, multas e juros das empreiteiras acusadas na Operação Lava Jato. A estimativa é do coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal Gerson Schaan. Segundo ele, já é possível calcular esse valor com base em provas de ilícitos tributários e aduaneiros já obtidas na Lava Jato.

A Receita integra a força tarefa que atua na operação e realizou buscas ontem. As empresas envolvidas — nove ao todo, pertencentes a sete grupos — têm contratos que somam R\$ 59 bilhões com a estatal, considerando o período de 2003 a 2014

LEGISLATIVO

CPMI da Petrobras deve impedir quebra de sigilo de empreiteiras

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

Mesmo com a deflagração da nova fase da Lava Jato, a CPI mista da Petrobras vai evitar eventuais quebras de sigilo bancário e fiscal das empresas e tentará "blindar" as construtoras envolvidas no esquema de corrupção e lavagem de dinheiro em obras da estatal. Atualmente, o consenso é de que parlamentares da base aliada e da oposição mantenham o acordo, firmado em maio, para impedir ações contra as empreiteiras e seus dirigentes na terça-feira, quando a comissão se reunirá para votar requerimentos. O receio dos parlamentares era de que, se as investigações contra as empresas fossem aprofundadas, elas fechariam a torneira das doações de campanhas.

INVESTIGAÇÃO

PF descobre indícios de que propina teria ido para caixa do PT

BRASÍLIA

Agência O Globo

A Polícia Federal (PF) descobriu novos indícios de que o esquema de propinas na Petrobras serviu para alimentar o caixa do PT. Relatório da PF, ao qual O Globo teve acesso, aponta que uma das pessoas utilizadas para receber os recursos em nome do partido era Marice Correa Lima, cunhada do tesoureiro da legenda, João Vaccari. Ela é suspeita de ter recebido pelo menos R\$ 110 mil do doleiro Alberto Youssef. O recurso teria sido proveniente da Construtora OAS e teria sido entregue na casa dela em 3 de dezembro do ano passado. O nome de Marice não é desconhecido das investigações da PF. Ele apareceu durante o escândalo do mensalão. Diz o trecho do relatório da PF: "Marice Correa Lima é figura conhecida na época do mensalão, coordenadora administrativa do PT, que, na época, teria efetuado um pagamento de um milhão, em espécie, à Coteminas. Interessante ainda destacar aqui que Marice de Lima é cunhada do atual tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Observa-se portanto que a mesma continua atuando na movimentação de valores, ao que tudo indica para o Partido dos Trabalhadores, ao qual aparece vinculada", diz um trecho do relatório da PF. Procuradores, Vaccari e o PT não quiseram se manifestar. Procuradores da força-tarefa da Operação Lava-Jato chegaram a pedir a prisão temporária de Marice, mas o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, considerou a medida desnecessária. Ele expediu mandado de condução coercitiva.

CONTINUA

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MANDADOS DE PRISÃO

Pelo menos 17 executivos do alto escalão de nove empresas tiveram prisões decretadas. Um ex-diretor da Petrobras teve prisão preventiva decretada.

RENATO DUQUE

Ex-diretor de serviços da Petrobras. Ele é apontado por procuradores e policiais como o principal operador do PT nos desvios da Petrobras. Foi indicado ao cargo pelo ex-ministro José Dirceu (PT). O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e dois executivos ligados à Toyo-Setal – empresa que tem contratos de mais de R\$ 4 bilhões com a estatal –, afirmaram em delação premiada que Duque era beneficiado pelo esquema de suborno.

Tipo de prisão

● Mandado de prisão temporária

● Mandado de prisão preventiva

✕ Bloqueio de bens

EMPRESA

Camargo Corrêa

Atua nos setores de cimento, concessões de energia, concessões de transporte, engenharia e construção, vestuário e calçados, incorporação e naval.

Engevix Engenharia

Trabalha com serviços de engenharia e indústria. A companhia também atua na área de concessões.

Galvão Engenharia

Atua na prestação de serviços de engenharia e construção no Brasil e internacionalmente, em setores como oleodutos e gasodutos, montagem industrial, edificações, infraestrutura rodoviária, aeroviária, portuária, ferroviária e urbana; hidrelétricas e barragens, saneamento básico e construção industrial.

Iesa Óleo e Gás

Atua nas áreas de geração de energia, equipamentos de processo, movimentação de materiais, transporte metroferroviário e compensação reativa.

Mendes Júnior

Atua nas áreas de óleo e gás, construção e montagem industrial, e infraestrutura.

OAS

Atua na construção de estradas, barragens, hidrelétricas, portos e aeroportos.

Queiroz Galvão

A construtora atua nas áreas de construção civil, desenvolvimento imobiliário, engenharia ambiental, exploração e produção, gestão de negócios, naval e offshore e óleo e gás.

UTC

Entre as atividades da empresa estão o gerenciamento de empreendimentos, fornecimento e coordenação de engenharia básica e de detalhamento de engenharia, construção e montagem, manutenção especializada, entre outras.

NOME

✕ ● Eduardo Hermelino Leite, o "Leitoso"

✕ ● Dalton dos Santos Avancini

✕ ● Gerson de Mello Almada

● Carlos Eduardo Strauch Albero

● Newton Prado Junior

✕ ● Erton Medeiros Fonseca

● Otto Garrido Sparenberg

● Valdir Lima Carreiro

✕ ● Sérgio Cunha Mendes

✕ ● Agenor Franklin M. Medeiros

✕ ● Ildelfonso Colares Filho

✕ ● Ricardo Ribeiro Pessoa

✕ ● Walmir Pinheiro Santana

CARGO

Diretor vice-presidente

Diretor presidente

Vice-presidente

Diretor-técnico

Diretor-técnico

Diretor-presidente da Divisão de Engenharia Industrial

Diretor de operações

Diretor-presidente

Vice-presidente executivo

Diretor-presidente da área internacional

Diretor-presidente

Presidente

Vice-presidente

O que dizem as empresas

"A Construtora Camargo Corrêa repudia as ações coercitivas, pois a empresa e seus executivos desde o início se colocaram à disposição das autoridades."

"A empresa, por meio dos seus advogados e executivos, prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados."

"A Galvão Engenharia tem colaborado com todas as investigações referentes à Operação Lava Jato e está permanentemente à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos necessários."

Ninguém foi localizado para comentar o assunto.

Não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

"A OAS informa que foram prestados todos os esclarecimentos solicitados e dado acesso às informações e documentos requeridos pela PF"

"A Queiroz Galvão reitera que todas as suas atividades e contratos seguem rigorosamente a legislação em vigor e está à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos necessários."

"A UTC colabora desde o início das investigações e continuará à disposição das autoridades."

Os advogados pessoais da maioria dos executivos presos questionaram a forma como as detenções foram feitas pela Polícia Federal, disseram não saber os motivos da expedição dos mandados judiciais e asseguraram que vão recorrer à Justiça para libertar seus clientes.

Fonte: Redação. Infografia: GP.

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Empresa paranaense está entre as investigadas na Lava Jato

PF cumpriu mandados de busca e apreensão na sede da Iesa e na casa de diretor

*Paulo Galvez da Silva,
especial para a Gazeta do
Povo, e Amanda Audi*

Três dos mandados expedidos ontem pela Justiça Federal — dois de busca e apreensão e um de prisão temporária — foram direcionados a uma empresa com representação no Paraná e um empresário que mora na região metropolitana de Curitiba, Valdir Lima Carreiro. O executivo, que até o fechamento dessa reportagem ainda não havia sido localizado pela Polícia Federal (PF), é diretor-presidente da Iesa Óleo & Gás, que atualmente tem sede no Rio de Janeiro, mas integra um grupo empresarial criado no Paraná e que ainda mantém unidades em Curitiba. Outro diretor da empresa, Otto Garrido Sparenberg foi preso no Rio.

No escritório da empresa, no centro de Curitiba, e na casa do empresário, em Pinhais, a PF recolheu documentos e mídias que possam auxiliar nas investigações. De acordo com informações do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Iesa repassou R\$ 400 mil para a Costa Global Consultoria e Participações, do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. “Há

indícios de que algumas dessas empresas já estiveram envolvidas anteriormente em esquemas semelhantes. Isso reforça a necessidade de prisão preventiva”, explica o procurador da República Diogo Castor de Mattos.

A Iesa integrou o Consórcio Conpar, formado ainda pela Norberto Odebrecht, UTC Engenharia e OAS, responsável por obras de ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) em Araucária, entre 2008 e 2012. A atual fase da investigação, porém, analisa apenas contratos firmados nos últimos dois anos.

“A Repar tem contratos em andamento, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, que estão em torno de 70% a 80% concluídos. Então ainda há obras em andamento dentro da refinaria e essa empresa participa, como participa também de Abreu e Lima e outros contratos”, afirma o delegado Igor Romário de Paula, responsável pela área de combate ao crime organizado da PF no Paraná.

O delegado não descarta uma investigação retroativa, “se os indícios forem se confirmando”. Mas afirma que apenas os contratos de 2013 e 2014, atualmente investigados, já constituem “uma demanda absurda”.

Ninguém foi localizado na empresa para comentar o assunto.

TRANSFERÊNCIA

**Presos ficarão na
superintendência da
PF em Curitiba**

Chico Marés

Os 18 presos na sétima etapa da Operação Lava Jato, deflagrada ontem, ficarão na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, local onde estão detidos o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. O motivo é que as investigações do caso estão concentradas na capital paranaense.

Os mandados de prisão de ontem foram efetuados em São Paulo (SP), Osasco (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA), mas, até o fechamento desta edição, os presos estavam sendo transferidos para o Paraná, em avião da Polícia Federal. A chegada estava prevista para as 22h30 de ontem.

Outros nove mandados ainda não haviam sido cumpridos.

Prisões

Entre os presos pela operação de ontem estão 16 executivos e funcionários das empresas OAS, UTC, Engevix, Iesa Óleo e Gás, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia, além de Jayme Alves de Oliveira Filho, funcionário de Youssef, e Renato Duque, ex-diretor da Petrobras.

GAZETA DO POVO 15 NOV 2014

NOTA POLÍTICA

Gleisi pede ao STF acesso a delações

A senadora e ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) acesso ao conteúdo das delações premiadas feitas pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef no âmbito da Operação Lava Jato. O pedido foi protocolado na quinta-feira e encaminhado ao relator da Lava Jato no STF, Teori Zavascki.

Conforme publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*, Youssef confirmou em sua delação que deu R\$ 1 milhão para a campanha de 2010 da ex-ministra, que foi eleita senadora naquele ano. O valor teria sido entregue a um empresário, proprietário de um shopping em Curitiba, em quatro parcelas, de acordo com o depoimento do doleiro.

A senadora contesta no STF a veracidade das afirmações de Paulo Roberto e de Youssef. A defesa nega o recebimento de colaboração financeira que não tenha constado na prestação de contas da campanha ao Senado e pede cópia dos depoimentos prestados por Costa e Youssef. O pedido foi feito antes da Polícia Federal iniciar a sétima fase da Operação Lava Jato.

Indignação

Leitores da Gazeta do Povo mostraram indignação com o posicionamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que manteve a condenação contra a agente de trânsito Luciana Silva Tamburini por danos morais contra o juiz João Carlos de Souza Correa. Ela foi condenada por ter dito que "juiz não é Deus" durante fiscalização da Operação Lei Seca, em 2011. "Juiz dá uma 'carteirada' e ela que abusa do poder?", indagou o leitor Gleidson Xavier. O leitor Luiz Cezar Velozo relatou indignação semelhante. "Justiça fazendo injustiça. Ai está a demonstração de abuso de poder e proteção da classe. Ora, a policial estava agindo na sua função, e o juiz, infelizmente fora da sua função."

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia

"Se o MP comete esse assalto, um verdadeiro crime contra o povo, qual órgão irá nos defender?"

Giselle Golambiuk, via Facebook, sobre o auxílio-moradia para membros do Ministério Público.

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Justiça

Grças à brilhante atuação da Defensoria Pública do Paraná, por muito pouco não se repetiu na última semana mais um episódio de injustiça nessa história. Referido órgão se viu instado a socorrer judicialmente e de forma imediata um remanescente desses imigrantes japoneses sobreviventes do campo.

Aos 81 anos, morando sozinho com a esposa em Curitiba, sem nunca ter ido ao médico, de repente, internado em hospital público, ele foi submetido a uma cirurgia no cérebro. A medicação pós-operatória, caríssima, foi, como de costume, negada pelo SUS. A história terminaria aqui não fossem a presteza do defensor público, que foi procurado pelo filho do enfermo, e a pronta resposta judicial. Providenciada a documentação, no mesmo dia ele protocolou a ação e, horas depois, o juiz concedeu antecipação de tutela ao pedido, obrigando o órgão competente a

fornecer o medicamento em 24 horas. À parte o histórico de vida desse imigrante, uma vez que todos são iguais perante a lei, o certo é que a decisão judicial caiu como uma luva na filosofia oriental de reconhecimento ao mérito acumulado ao longo de uma vida digna.

O caso me foi contado pelo filho do modesto agricultor, que lhe cobrava diariamente o remédio, sem saber da negativa do poder público. Disse ainda que se lhe tivesse informado o preço do medicamento teria ouvido do pai apenas estas palavras, pronunciadas resignadamente: "Então, deixa que eu vou."

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PMs suspeitos de explodir caixas são libertados

Seis dos sete
policiais soltos
deverão ficar
restritos a serviços
administrativos da
corporação

Rodrigo Batista

Seis dos sete policiais militares acusados de participar de uma quadrilha de roubo e explosões de caixas eletrônicas em Curitiba e Região Metropolitana foram soltos na última quarta-feira. Eles estavam presos temporariamente (por cinco dias) e a Justiça não renovou o prazo. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Militar, esses policiais se apresentarão em seus batalhões para cumprirem serviços administrativos. A PM informa ainda que os policiais não portarão armas. Essas medidas têm validade até novo desdobramento do caso na Justiça.

Apenas um dos policiais está preso preventivamente (período indefinido), além de outros 11 suspeitos de participarem da quadrilha e que também não foram liberados. Segundo o delegado-titular do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), da Polícia Civil, Luiz Alberto Cartaxo Moura, houve pedido de prisão preventiva — quando o acusado responde preso pelos crimes —

16 CASOS

foram contabilizados entre outubro e novembro nas reportagens da **Gazeta do Povo**. Só em novembro, foram cinco ataques antes da prisão da quadrilha, e outros dois depois, na última quinta-feira. Os criminosos não perdoam ninguém: investem contra agências bancárias, mercados, postos de combustíveis, universidades e até hospitais.

para todos os suspeitos. “O Ministério Público foi contra a prisão preventiva e a Justiça também. E decisão judicial nós não contestamos, apenas cumprimos”, diz o delegado.

O Cope ainda faz diligências para prender outros quatro suspeitos que permanecem foragidos. O delegado acredita que até o fim da próxima semana o inquérito seja concluído e encaminhado ao MP.

Quadrilha

Os policiais e demais acusados foram presos durante operação do Cope no dia 7 de novembro. Os PMs comunicavam, conforme a Polícia Civil, falsas ocorrências ao comando da corporação para retirar o policiamento das regiões onde eles executariam as explosões.

Entre 7 de novembro, quando foi registrado o quinto caso seguido no mês de ataques a caixas eletrônicas na Grande Curitiba, até a última quinta-feira, 13, a capital e a RMC ficaram seis dias sem nenhum registro de explosões — o que pode indicar o impacto que a quadrilha investigada teria em ações desse tipo.

15 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Adolescentes são vítimas de homofobia em biarticulado

Carolina Pompeo,
especial para a Gazeta do Povo

▀ Todos os dias, VV., 17 anos, pega o biarticulado Capão Raso/Santa Cândida no Terminal Santa Cândida rumo ao bairro Juvevê, onde trabalha. Na última quarta-feira (12), no entanto, a rotina foi interrompida pela brutalidade gratuita de outro passageiro do ônibus, que a agrediu com um tapa no rosto e chutes, além de ofensas verbais homofóbicas.

No mesmo dia, à noite, por volta das 22 horas, a adolescente foi até a Delegacia da Mulher acompanhada dos pais e do irmão para registrar um boletim de ocorrência. Segundo ela, foram informados de que não seria possível registrar BO porque a agressão sofrida não se caracterizava como violência doméstica. Foram, então, encaminhados ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria), já que a vítima é menor de idade. Mas lá, segundo a adolescente, também não foram atendidos sob a alegação de que não havia equipe de plantão.

A negativa em registrar o boletim de ocorrência não deveria ter acontecido. De acordo com a Delegada Daniela Antunes Andrade, são atribuições da Delegacia da Mulher os crimes sofridos por mulheres em relações domésticas ou familiares e crimes de assédio, violência sexual e estupro. "Entretanto, nossa orientação é não mandar a vítima embora, registrar o boletim e encaminhar via sistema para o distrito competente", explica.

A adolescente pretende voltar à delegacia para registrar o

boletim. "Eu deveria ter feito BO na hora, mas no momento de nervosismo não pensei nisso. Não queria dar continuidade ao caso, mas registrar o BO é importante para constar como estatística e para eu ter algo registrado caso encontre ele de novo. É importante não deixar passar em branco".

De acordo com V., ela e a namorada entraram no ônibus vazio por volta de 13h30. Quando iam sentar em dois assentos desocupados, um homem a empurrou e ocupou o lugar à janela. "Achamos grosseiro, mas ignoramos. Minha namorada sentou e eu fiquei em pé ao lado. Ela disse, brincando, que mais um pouco e ele teria sentado no colo. Nisso, ele virou e gritou 'O que você está latindo, piranha?', nos mandou calar a boca e xingou. Nós ficamos quietas", relata.

Alguns pontos de parada à frente, o homem levantou para ceder o lugar a uma senhora. Ao passar pela adolescente, empurrou-a com violência novamente. Dessa vez, ela reagiu. "Perguntei porque ele havia feito aquilo. Aí ele veio para cima de mim, eu empurrei e ele me deu um tapa no rosto, chutou minhas pernas e xingou de tudo, de aberração, vagabunda. Disse que se meu pai não havia me educado em casa, ele educava na rua".

Depois da agressão, V. conta que gritou que ele deveria ter vergonha por bater em uma menina, e quem estava no ônibus deveria ter vergonha por não ter feito nada.

Segundo ela, o ônibus estava lotado, mas ninguém tentou impedir o homem de agredi-la, tampouco intervieram após a agressão.

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Juízes, deuses e a perda da noção do óbvio

Que tipo de mentalidade está por trás de atitudes como a de condenar a agente de trânsito que puniu um juiz durante uma blitz no Rio de Janeiro?

Quase todo motorista flagrado dirigindo um automóvel sem placa e que não esteja portando nem os documentos do carro, nem a própria carteira de habilitação considerará justa a punição que receber.

Poderá até argumentar, pedir ao fiscal que alivie por causa deste ou daquele fator, mas no fim saberá que a multa ou a apreensão do veículo, longe de constituírem arbitrariedades, são os desfechos previstos para a irregularidade. Dizemos “quase” porque, como agora todo o Brasil sabe, há quem se considere acima de “banalidades” como o Código Brasileiro de Trânsito ou a Lei Seca.

Foi o caso do juiz João Carlos de Souza Correa, flagrado exatamente nessas circunstâncias — sem habilitação e sem documentação do Land Rover não emplacado que dirigia — em uma blitz no bairro carioca do Leblon, três anos atrás. Correa, no melhor estilo “você sabe com quem está falando?” — hábito dissecado por sociólogos como Roberto DaMatta —, se identificou como magistrado. A agente de trânsito Luciana Tamburini, ciente de que todos são iguais perante a lei, fez o que lhe cabia, determinando a apreensão do carro de luxo. Mas um comentário um tanto óbvio, o de que “juiz não é Deus”, despertou a ira do magistrado, que lhe deu voz de prisão e exigiu que Luciana fosse levada a um distrito policial.

Por si só, a situação já é suficientemente absurda. Mas ela ganhou contornos ainda mais surreais quando a agente buscou a Justiça pedindo ressarcimento por danos morais causados pelo abuso de poder de Correa. A juíza de primeira instância Andrea Quintella, em uma decisão nitidamente corporativista, inverteu a culpa, condenando a agente — ela é que teria provocado dano moral ao juiz

ao desrespeitá-lo — a pagar multa de R\$ 5 mil. Luciana entrou com recurso, cujo relator foi o desembargador José Carlos Paes, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ele manteve o entendimento da primeira instância e, para completar o descalabro, a condenação e a multa foram confirmadas, na quarta-feira passada, por decisão unânime da 14.ª Câmara Civil do TJ-RJ.

A injustiça está para ser consertada — pelo menos em parte. Uma vaquinha virtual levantou os recursos para o pagamento da multa. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está analisando o comportamento de Correa (infelizmente, o pior que poderá lhe acontecer é uma aposentadoria compulsória), e a seccional fluminense da OAB informou que pedirá ao CNJ o afastamento do magistrado. E Luciana prometeu recorrer aos tribunais superiores contra a condenação no TJ-RJ. Mas a pergunta que fica, nesse episódio, é mais profunda: que tipo de mentalidade está por trás de atitudes como essas?

Correa, que é juiz, certamente conhece o princípio de que todos são iguais perante a lei. E, apenas pelo fato de ser humano, certamente sabe que não tem status nem poderes divinos. Como é que, mesmo assim, se perde o sentido do óbvio? A resposta está no crescente relaxamento ético que está, lentamente, causando um enorme dano moral ao país.

Esse tipo de comportamento floresce em um ambiente no qual já não existem sólidas referências morais que sirvam de exemplo a uma sociedade; em que a busca pela excelência é substituída pela lei do mínimo esforço; em que crimes viram atos de heroísmo, a depender da finalidade com a qual são cometidos; em que os maus exemplos dos altos círculos políticos e do cidadão comum se retroalimentam. Quando tudo isso se junta, surgem os que se julgam acima da lei.

O que falta é olhar os demais como pessoas, iguais em dignidade, e não como capachos, escadas ou escravos. Entender que as leis são para todos e que não há “uns mais iguais que os outros”. O caso de Luciana Tamburini é uma oportunidade ímpar de deixar clara essa verdade. O Brasil inteiro — e isso inclui também todos os juízes que não compactuam com esse corporativismo — espera que o CNJ e a corte que analisar, em última instância, o pleito da agente de trânsito possam restabelecer a justiça para com alguém que nada mais fez que cumprir seu dever.

GAZETA DO POVO

GABRIEL FERREIRA

16 NOV 2014

O verdadeiro ódio antidemocrático

No fim de seu escrito póstumo sobre erística — a arte de debater —, o filósofo alemão Schopenhauer, lembrando o grego Aristóteles e citando o francês Voltaire, já advertia sobre os danos de se discutir com sujeitos claramente desleais, já que, por ser o homem mau, às vezes o que importa é a vitória a qualquer preço e, portanto, é melhor poupar-se, já que “a paz vale mais do que a verdade”. Mas o que se tem visto ultimamente é uma curiosa retorsão desse aforismo.

A expressão “discurso de ódio” é a tradução literal da locução inglesa “hate speech”. A expressão nasceu para fazer referência a um tipo específico de ataque verbal que consistia na ofensa racial, religiosa, quanto à opção sexual e afins. Se o termo já foi criado com intenções duvidosas, não desejo discuti-lo aqui. Mas que se possa ser violento ou incitar à violência por meio de discursos ou proposições, ninguém o nega. A partir daí, legislações pelo mundo foram alteradas para dar conta adequadamente desse tipo de ofensa. Até aí, tudo vai bem. Entretanto, é importante perceber que a expressão tinha como referente não um aspecto formal, mas um tipo específico de conteúdo. A palavra “ódio”, aqui, não diz respeito ao modo como tal discurso é proferido — se aos gritos espumosos ou com a veia do pescoço a saltar —, mas ao teor que, em si, é odiento. Pouco importa se a injúria é proferida suavemente, mas sim que ela seja materialmente uma ostensiva e hostil discriminação de pessoas.

É absolutamente fundamental lembrar tais coisas porque tanto a expressão “discurso de ódio” quanto o próprio ódio, pura e simplesmente, têm estado nas bocas e penas dos jornalistas, comentaristas políticos e militantes país afora. Todavia, numa situação completamente diversa e com uma intenção obviamente menos nobre do que tornar evidente uma violência. Trata-se, antes, da tentativa — ela mesma violenta — de tornar reprovável algo que essencialmente não o é e não o deve jamais ser.

O ódio tornou-se a chave de leitura de grande parte dos eventos das últimas semanas. É ele que tem sido arrolado como explicação disso ou daquilo. Mas o propósito por detrás do seu uso, ao rotular tal ação ou fala como carregada de ódio “como nunca antes na história deste país”, não é denunciar uma crueldade, e sim o de selar uma posição como inválida de saída e, ao mesmo tempo, tocar na sensibilidade do leitor ou ouvinte, fazendo com que o conteúdo não precise nem mesmo ser compreendido, analisado ou refutado, já que tal ato ou proposição está “carregado de ódio” e, bem, longe de nós querermos parecer raivosos e irracionais. Do que não se dá conta, no entanto, é que afastar-se da bestialidade consiste justamente em ser capaz de razoavelmente distinguir a fala do falante, a forma da matéria, e lidar com essa última como o objeto da razão.

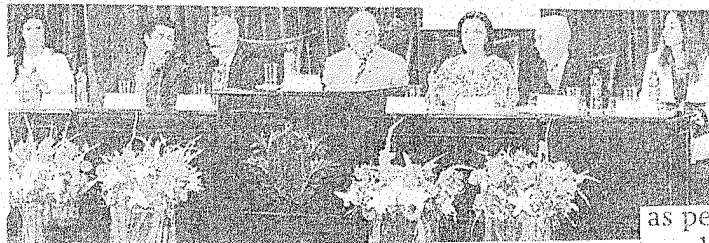
A estratégia perniciosa de marcar a ferro uma posição como “de ódio” tem servido, antes de mais nada, para calar o contraditório e sepultar a mera possibilidade de discordâncias já no seu nascimento. E, não rara e casualmente, tal procedimento é usado exatamente por quem se declara, cheio de pruridos, incondicionalmente democrático. No século 20, Nicolás Gómez Dávila escreveu que o homem culto tem o dever de ser intolerante. Ele se referia, claro, ao fato de que o homem dado à razão não deveria tolerar quaisquer teses ou expedientes enganadores. Nestes tempos sombrios, o brilhante filósofo colombiano seria perseguido por discurso de ódio e elitismo.

Gabriel Ferreira é mestre em Filosofia pela PUC-SP e doutorando em Filosofia pela Unisinos.

16 NOV 2014

» JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

Mediação vira alternativa para a sobrecarga da Justiça



Abertura da Semana da Conciliação de 2012 no Paraná.

Joana Neitsch

A demanda do Judiciário brasileiro cresce de tal maneira que o aumento de recursos e de pessoal não tem sido suficiente para solucionar o excesso de processos. Em 2013, 95 milhões tramitaram no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e no ano passado 70,9% do total de processos na Justiça não foram julgados. Diante dessa realidade, alternativas à litigância (disputas na Justiça) têm sido debatidas pelos operadores do direito. A 9.ª Semana Nacional da Conciliação, que será promovida pelo CNJ entre os dias 24 e 28 de novembro, por exemplo, procura difundir a prática dos acordos e da mediação.

Os especialistas reconhecem que ainda é preciso modificar a mentalidade de grande parte da população, que considera que a melhor solução é levar todos os problemas à Justiça. Se o ritmo atual for mantido, o Judiciário brasileiro chegará ao início de 2020 com 78,13 milhões de processo sem julgamento. “Essa explosão na quantidade na quantidade de processos reflete o momento histórico, pós-redemocratização, em que as pessoas estão mais conscientes em relação aos seus direitos. Passou-se a criar cultura de litigância”, observa

o coordenador do Comitê Gestor da Conciliação no CNJ, o conselheiro Emmanuel Campelo.

O conselheiro explica que a conciliação é uma alternativa para se chegar a um acordo quando já há um processo. Existe também a mediação que é semelhante à conciliação, mas tem possibilidade de ocorrer fora do Judiciário. Nessa alternativa, o acordo pode ser tanto durante o processo quanto antes dele — o que pode ser feito em Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (Cejus) e até mesmo em escritórios. O mediador pode ser uma pessoa com formação em qualquer área, que tenha passado por um curso de capacitação em técnicas de mediação, conforme parâmetros do CNJ. O interesse das partes em fazer um acordo é determinante para que essa prática dê certo. A decisão acertada tem o mesmo valor de uma sentença judicial e, caso não seja cumprida, pode ir direto para a fase execução.

Pontos positivos

Três pontos positivos são destacados pelos que trabalham com mediação: rapidez, menor custo para as partes e satisfação do usuário. A advogada Maria Elisa Reis, que trabalha com direito do consumidor em São Paulo, diz que a mediação é sempre bem-vinda quando

as pessoas querem de fato resolver os problemas. Mas elas dizem que o instrumento ainda é pouco conhecido. Mesmo assim, reconhece um crescimento na adoção dessa alternativa e afirma cerca de metade dos casos de seus clientes — geralmente são empresas — tem sido resolvida com mediação.

Os maiores litigantes

A maioria dos processos que tramita na Justiça é relacionados ao governo. Em seguida, vêm ações que envolvem instituições financeiras e empresas de telefonia. “Há estatísticas que mostram que cerca de 80% de tudo o quanto se discute no Poder Judiciário brasileiro envolve diretamente o poder público ou é decorrente da ação ou da omissão do poder público”, explica a advogada, especialista em Processo Civil, Teresa Arruda Wambier. “A Justiça Federal, em todas as suas camadas existe, em linhas gerais, para que o Poder Público e o particular litiguem.”

CNJ TEM META DE CONCILIAÇÃO

A Meta 3 do CNJ para 2015 prevê que a Justiça Federal aumente o número de casos resolvidos por conciliação em relação a este ano. O objetivo final do CNJ é chegar ao ponto de se ter mais processos mediados e conciliados do que resolvidos por litigância.

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

A revolução

da sra. Yared

Instituto utiliza
"choque de
realidade" como
pedagogia.
Empurrar uma
maca e encontrar
familiares de
vítimas do trânsito
sensibiliza
infratores

Katia Brembatti

Para evitar mais famílias dilaceradas por causa de acidentes de trânsito, um projeto que está dando certo em Curitiba deve se espalhar pelo Brasil. Os infratores são colocados diante de parentes de vítimas. O choque de realidade inclui, muitas vezes, a prestação de serviço como maqueiro em um hospital para acidentados. A iniciativa inédita no Brasil tem gerado resultados: dos 287 motoristas que passaram pelo programa, apenas um voltou a ser flagrado em atitude ilegal.

Numa parceria que vigora há dois anos, a 2.^a Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba encaminha motoristas para um curso de reeducação no Instituto Paz no Trânsito (IPTran). A carga horária a ser cumprida muda de acordo com a gravidade do crime, variando de 40 horas em detenções em

blitz da Lei Seca a 150 horas para omissão de socorro em acidentes. Situações em que houve morte não se enquadram nesse tipo de pena alternativa.

Christiane Yared, que fundou o IPTran e acabou de ser eleita deputada federal, pretende reproduzir o modelo em escala nacional. Ela busca voluntários em outras cidades para montarem institutos semelhantes, negocia com o Judiciário para que mais varas encaminhem infratores para a "recuperação" e estuda que mudanças nas leis poderiam melhorar a forma de cumprimento de penas por quem cometeu crime de trânsito. "Eles passam de infratores a educadores", conta, comentando que vários motoristas passam a colaborar voluntariamente depois do curso.

Há procura para montar institutos em Ponta Grossa, Cascavel, Joinville, São Paulo, Manaus e Fortaleza. Além de participar de reuniões com familiares de vítimas, os infratores também passam por um processo de reeducação para voltar a dirigir — que inclui orientações de trânsito, como direção defensiva, e várias sessões com psicólogos. "Se a pessoa percebe que pode acabar com uma vida, fica mais cautelosa", comenta o juiz Lourenço Chemin, explicando os motivos pelos quais decidiu sair dos padrões e buscar medidas mais efetivas para conscientizar sobre os perigos da direção.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Famílias ficam marcadas por tragédias do trânsito

Passados cinco anos do acidente, Dirce Purkott ainda não consegue mexer nos objetos do quarto do filho. Por muito tempo, ela nem pisou lá. Agora entra, dá uma olhada e sai. Mas ainda precisa que outra pessoa limpe o local e não sabe até quando tudo ficará intacto. Cada vez que anda pelo corredor de casa, revive uma dor que não passa.

Luiz Vinícius morreu aos 18 anos, ao voltar de uma festa da empresa onde trabalhava. Ele não bebia, mas pegou carona com um rapaz alcoolizado. Só depois de girar na pista e bater em três postes da Linha Verde, o carro parou, cravando 133 km/h no velocímetro. Outro colega de Luiz Vinícius também morreu no acidente. O motorista saiu quase ileso. Começava o drama de Dirce.

A família dela estava se destruindo. "Eu demorei a aceitar um abraço do meu outro filho. Até que um dia ele chegou pra mim e disse: 'Mãe, eu não morri ainda'. Foi um choque", conta. Ela teve ajuda do Instituto Paz no Trânsito e conversou com

outras mães sobre o luto. "O caderno também foi o meu psicólogo. Tenho dois cheios. Escrevia tudo o que estava sentindo."

Motorista profissional, Dirce, de 44 anos, afirma que sempre foi cuidadosa e que redobrou a atenção. Com a posse de Christiane Yared como deputada federal, no início de 2015, Dirce assumiu a presidência do IPTran.

Sem cozinhar

A advogada Cleia Policarpo Santos Queiroz, de 56 anos, perdeu o único filho em um acidente de trânsito, em 2006. Para ela, nem parece que faz tanto tempo. Leonardo sempre está com Cleia, estampado na camiseta que virou seu uniforme. O rapaz de 19 anos estava na BR-277, de moto, quando um motorista fez uma conversão vindo da pista contrária para entrar em um motel, em Cascavel. Leonardo passou a ser a quarta morte no trânsito na família de Cleia.

Depois de fechar a casa com tudo dentro e morar por dois anos no Acre — só pa-

ra não ter de falar sobre o assunto —, Cleia não conseguiu manter o casamento. "Enterrei com o meu filho todo o meu amor". Ela ainda vive o luto. "Até hoje, não consigo nem cozinhar. O Leonardo gostava das comidas que eu fazia", conta. Para ajudar outras mães, ela dá orientações jurídicas no IPTran. "Você tem o direito de ser feliz, de curtir a vida, mas tem a obrigação de cuidar para não machucar os outros", alerta. (KB)



Cleia: "Enterrei com o meu filho todo o meu amor."



Dirce: quarto fechado e anotações em cadernos.

CONTINUA

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Um bom lugar para começar de novo

“É chocante. Ali você vê o quanto a vida é frágil. E toma conta da besteira que fez”. É assim que Antônio Márcio Cardoso dos Santos descreve o que representou para ele participar de uma reunião com parentes de vítimas de trânsito. “O que mais me impressionou foi ouvir as histórias. Em algumas pessoas, via o ódio no olhar. Me senti muito constrangido”, relata. O representante comercial de 35 anos, morador de Pinhais, afirma que sua atitude no trânsito — e também na vida — mudou depois da experiência no IPTran.

Ele voltava de uma festa de confraternização da empresa, no final de 2012, quando se envolveu em um acidente sem vítimas. Afirma que nem foi o causador da colisão, mas como havia bebido — “eu realmente estava com os reflexos alterados” — perdeu a carteira e foi condenado por em-

briaguez ao volante. Além de fazer o curso de reciclagem no Detran, foi encaminhado para prestação de serviços comunitários.

Hoje, Márcio acha que esse tipo de choque de realidade devia ser provocado antes que os acidentes acontecessem. “E também penso que todo mundo que faz algo errado no trânsito devia ser obrigado a fazer o curso.” Ele conta que repensou a vida, voltou a praticar esportes, deixou a boemia, casou e tem uma filha de 8 meses. “Tive sorte de não ter acontecido nada mais grave. Antes era normal sair do trabalho e ir para o bar com os amigos. Voltava dirigindo, sem pensar nisso. Hoje, ainda bebo um pouco nos finais de semana, mas não misturo com direção.” Virou colaborador voluntário do IPTran e, para os amigos mais próximos, sempre comenta sobre os riscos de não ter uma atitude responsável no trânsito. (KB)



Márcio: “Em algumas pessoas, via o ódio no olhar.”

Serviço

16 de novembro – Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito
Culto ecumênico no Parque da Barreirinha, no Bosque da Vida, hoje, às 10 horas;
painel humano no Parque Barigui, próximo ao Salão de Atas, hoje, às 16 horas.
Famílias de vítimas, vestidas de branco, formarão mensagens de alerta para
tentar reduzir a quantidade de casos de acidente.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 NOV 2014

KATIA BREMBATTI

OPINIÃO

KATIA BREMBATTI, jornalista
e professora universitária

Sem números e investigação, fica difícil combater os crimes

Vários crimes são cometidos contra as famílias que perdem um parente no trânsito – e contra a própria vítima, é claro, que não mais pode se defender. Além de situações de descaso, ficou claro, ao produzir esta reportagem, que o Estado falha no combate aos casos de delitos graves nas ruas e estradas. E não se trata apenas da falta de fiscalização, que por si gera um sem número de consequências. Não há, por exemplo, levantamentos sobre reincidências em crimes de trânsito. A falta de estatísticas dificulta o diagnóstico do problema e a elaboração de políticas públicas.

Outro atentado ainda mais revoltante é praticado ano após ano. Diante de tantos homicídios dos mais variados tipos, as delegacias não dão conta de investigar os casos de acidente. Assim, muitas vezes, os inquéritos ficam em gavetas, sem que sejam realizadas perícias, sem que os envolvidos sejam ouvidos. Nem chegam a se transformar em processos que, aí, terão de enfrentar a morosidade da Justiça. Nas duas histórias mostradas na reportagem, os acidentes aconteceram há mais de cinco

anos e os motoristas ainda nem prestaram depoimento. Tudo isso aumenta, nas famílias e na sociedade, a sensação de impunidade. Em alguns países, acidentes de trânsito levam à condenação do estado. Ou faltou infraestrutura, como sinalização e traçados melhores, ou o governo deveria ter impedido que uma pessoa sem condições de dirigir – por imperícia ou embriaguez, por exemplo – assumisse o volante. Quem sabe se no Brasil os governos fossem cobrados por suas omissões, a história seria diferente. Fica a dica.

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

ENTREVISTA

Insegurança 1

Durante anos se reclamou muito da falta de segurança e condições no prédio central do Fórum Metropolitano — o famoso edifício "Idi Amin", na Avenida Cândido de Abreu. O Tribunal de Justiça quis resolver o problema: reformou e alugou por R\$ 240 mil mensais um outro prédio, na Mateus Leme, para onde levou metade das varas instaladas no "Idi Amin".

Insegurança 2

A situação melhorou? Advogados e cartorários dizem que não: a precariedade é quase a mesma — ou pior, porque engenheiros que examinaram o novo prédio não recomendam que as toneladas de processos sejam armazenadas nos andares superiores para evitar o risco de desabamento. Agora, os processos ficam empilhados no subsolo e encontrar um deles passou a ser um problema a mais para "amarrar" a Justiça.

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» CORRUPTORES NA BERLINDA

Lava Jato muda foco ao incluir o setor privado

Para especialistas, prisão de executivos e presidentes de grandes empresas representa um avanço no combate à corrupção

Rogério Waldrigues Galindo

A nova etapa da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), deflagrada na sexta-feira, é uma mudança de rota nas investigações sobre corrupção que vêm sendo feitas no país. A nova fase da operação, desta vez, se concentrou sobretudo nas empresas privadas que, segundo a PF, teriam organizado um cartel para participar das licitações de obras da Petrobras. Dos 27 mandados de prisão expedidos, 23 eram contra diretores e funcionários de empreiteiras.

A investigação atingiu algumas das mais poderosas empresas de construção do Brasil, com mandados de busca e apreensão nas sedes da Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Mendes Júnior e Odebrecht, entre outras. De acordo com a PF, juntas essas empresas teriam contratos no valor de R\$ 59 bilhões com a estatal de petróleo.

Para cientistas políticos, esse novo foco é necessário ao combate à corrupção. “Essa é uma mudança que tinha que ocorrer. As empresas até podem alegar que não conseguem fazer contratos com o poder público sem esse tipo de artifício. Mas o fato é que quando elas tomam a decisão de pagar propina ou de cartelizar, estão deliberadamente cometendo um crime”, afirma Elve Cenci, cientista político da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Para Cenci, as investigações sobre corrupção vinham se centrando principalmente nos agentes políticos e nos articuladores de esquemas ilegais. “Para a empresa privada que participa do esquema, muitas vezes o pior que acontecia era o fato de as notícias sobre o caso chamuscarem sua imagem. Mas em geral não se viam punições a executivos dessas empresas”, diz.

Segundo Marco Antônio Carvalho Teixeira, professor de ciência política na Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, a mudança de foco representa um ganho para o país. “Um caso de corrupção sempre envolve pelo menos duas partes, mas só vínhamos enxergando a corrupção no setor público”, diz ele.

Teixeira lamenta, no entanto, que o Congresso ainda não tenha regulamentado a Lei Anticorrupção aprovada em 2013 e que prevê penas mais duras para empresas envolvidas em desvio de dinheiro público. “Quando cessaram as manifestações [de junho do ano passado], o interesse dos parlamentares no tema refluíu. É uma pena.”

23 PRESOS

pela nova fase da Operação Lava Jato são executivos ou funcionários do alto escalão de grandes empreiteiras privadas do país. De acordo com a Polícia Federal, juntas essas empresas têm contratos de R\$ 59 bilhões com a Petrobras, o principal foco das investigações.

CONTINUA

16 NOV 2014

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

Presos da nova fase da Lava Jato começam a depor na PF de Curitiba

Estratégia do Planalto será tentar isolar Dilma do caso. Para isso, quer que partidos e envolvidos assumam suas responsabilidades

CURITIBA E BRASÍLIA

Da Redação, com agências

Vinte presos na nova fase da Operação Lava Jato foram transferidos para a carceragem da Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) em Curitiba na madrugada do sábado. Como a maioria deles está sob regime de prisão temporária, que tem prazo de duração só até a próxima terça-feira, a PF passará este fim de semana colhendo os depoimentos dos suspeitos. Paralelamente, advogados dos suspeitos tentariam obter a soltura dos clientes por meio de pedidos de habeas corpus ao Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4).

A expectativa da PF era de que a transferência de 16 detidos para a PF de Curitiba ocorresse ainda na noite de sexta-feira. Mas o avião da polícia que trazia os detidos teve problemas técnicos no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e a viagem teve de ser temporariamente adiada.

Além disso, outros quatro suspeitos se apresentaram à sede da PF na capital paranaense. Até o fechamento desta edição, ainda havia cinco pessoas envolvidas no caso consideradas foragidas.

A nova fase da Lava Jato atinge principalmente executivos de grandes empreiteiras do país que têm contratos com a Petrobras, além do ex-diretor da estatal Renato Duque, ligado ao PT. A ação investiga um esquema de desvio de recursos para políticos e partidos que apoiam o governo — sobretudo o PT, o PMDB e o PP.

Impacto em Brasília

Temerosos da abrangência da Operação Lava Jato, integrantes do PT e do PMDB avaliam que a situação do governo de Dilma Rousseff fica mais ainda fragilizada diante das turbulências que já enfrenta na economia e na relação com o Legislativo.

O Planalto tentará manter Dilma isolada do caso. Para isso, o governo espera que os seus principais apoiadores assumam, cada um, as responsabilidades por eventuais irregularidades na estatal, sem deixar tudo na conta do Planalto. PT e PMDB, principais aliados do governo, indicaram pelo menos dois alvos da Polícia Federal: Renato Duque, ex-diretor da Petrobras que teria ligações com o ex-ministro José Dirceu (Casa

Civil); e Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, apontado como operador do PMDB na estatal.

Mas as primeiras manifestações foram no sentido contrário. O PMDB negou que Fernando Baiano seja ou tenha sido interlocutor do partido. E a assessoria de José Dirceu negou ontem que o ex-ministro tenha indicado Renato Duque para a Petrobras.

Já a oposição pretende pedir, na CPI Mista da Petrobras, a convocação de Renato Duque e do tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto — também suspeito de envolvimento no esquema investigado pela Lava Jato.

CONTINUA

Ex-diretor da Petrobras teria contas na Suíça

Reportagem de ontem do jornal *O Globo* informou que o ex-diretor de Serviços e Engenharia da Petrobras Renato Duque, preso na sexta-feira na nova fase da Operação Lava Jato, é acusado de receber propina por contratos celebrados na companhia e de ter contas na Suíça para guardar o dinheiro desviado. Segundo a reportagem, pelas investigações, um subordinado dele, o ex-gerente Pedro Barusco, recebeu cerca de US\$ 100 milhões (R\$ 260 milhões). Barusco não foi preso porque está colaborando com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF). O valor das contas de Duque ainda não é conhecido.

No relatório enviado pelo MPF à Justiça do Paraná, as acusações contra Duque estão balizadas em depoimentos de dois executivos da Toyo Setal que fizeram acordo de delação premiada. Julio Camargo e Augusto Ribeiro contaram como funcionava o cartel dos fornecedores da Petrobras. O relatório do MPF cita nove obras da Petrobras nas quais houve desvios de recursos. Em sete delas os delatores contaram ter pago propina a Duque e Barusco. Registram ainda que, no caso de Barusco, já há um bloqueio feito na Suíça de mais de US\$ 20 milhões (R\$ 52 milhões) por autoridades daquele país. Ribeiro contou ter negociado com o próprio Duque o pagamento de mais de R\$ 50 milhões em propina.

“Que o declarante negociou o pagamento da propina diretamente com Renato Duque e acertou pagar a quantia de R\$ 50 [milhões] a R\$ 60 milhões, o que foi feito entre 2008 a 2011”, registra trecho do depoimento anexado pelo MPF. Ribeiro disse que havia um cartel de fornecedores, chamado de “Clube”, que acertava previamente quem venceria cada licitação e as propinas a serem pagas.

Envolvimento de empreiteira aumenta suspeita sobre Roseana

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), é investigada por suspeita de receber propina para que o governo do estado antecipasse o pagamento de um precatório de R\$ 120 milhões às construtoras UTC/Constran. A UTC é uma das empreiteiras envolvidas na nova fase da Lava Jato. O acordo teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef e foi descoberto durante as investigações do caso. Pela suspeita de envolvimento da governadora, o caso foi retirado do processo e remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em função de ela ter foro privilegiado como governadora. Na sexta-feira, o governo do Maranhão negou que Roseane conhecesse ou tivesse estado com Youssef.

O doleiro foi preso em março quando estava em São Luís (MA) para supostamente pagar a propina em dinheiro, segundo suspeita da PF. No despacho que autorizou a nova fase da Operação Lava Jato, o juiz da 13.^a Vara Federal do Paraná, Sérgio Moro, escreveu ver com “estranheza que empreiteira utilize os serviços de Alberto Youssef, especialista em lavagem de dinheiro, para negociar precatório com o governo estadual”.

16 NOV 2014

GAZETA DO POVO

DIREITO Ministério Público Federal publica edital com 69 vagas de procurador

O edital do concurso nacional para o cargo de procurador da república já foi publicado. O Ministério Público Federal (MPF) abriu 69 vagas em 24 Estados e no Distrito Federal – as únicas exceções são o Acre e o Espírito Santo. A partir de janeiro de 2015, o salário inicial para a carreira será de R\$ 26.523,20. Para ingressar, o candidato precisa ter bacharelado em direito, além de comprovar experiência de pelo menos três anos na área jurídica. As inscrições custam R\$ 210 e devem ser realizadas entre 17 de novembro e 16 de dezembro, pelo site www.pgr.mpf.mp.br/para-o-cidadao/concursos-1.

TRT/PR define comissão para concurso público

O Tribunal Regional do Trabalho da 9 região, no Paraná (TRT/PR) já instituiu a comissão responsável pela realização de seu próximo concurso público, que deverá ocorrer em 2015. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, no momento o tribunal ainda conta um concurso em validade, até 5 de agosto de 2015. Desta forma, somente após este prazo poderá ser iniciada a nova seleção. Os cargos e vagas serão confirmados quando o edital já estiver sendo discutido, próximo da sua publicação. Na seleção anterior, realizada em 2012, foram oferecidas 23 vagas, sendo dez para o cargo de analista judiciário na área judiciária, 12 para técnico judiciário na área administrativa e uma para técnico judiciário.

BESSA

Livro oportuno

O advogado Francisco Zardo, coordenador do núcleo de Direito Administrativo do Escritório Professor René Dotti, lança na próxima terça-feira o livro *Infrações e Sanções em Licitações e Contratos Administrativos* pela editora Thomson Reuters/Revista dos Tribunais. O coquetel será realizado na Livraria da Vila, do Pátio Batel, a partir das 18h30.

COLUNA DO LEITOR

Defensoria Pública

O projeto de lei que altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná, encaminhado à Assembleia Legislativa por Valdir Rossoni, é claramente inconstitucional. Pelo projeto, caberá exclusivamente ao governador autorizar aumentos salariais e promoções aos defensores públicos, previsão que viola o art. 134, § 2º da Constituição Federal, pelo qual "são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária" às defensorias públicas estaduais. Além do claro vício formal, o projeto busca o enfraquecimento de instituição que desempenha importante função social, na medida em que facilita o acesso da população à Justiça.

Luiz Guilherme Carvalho Guimarães

17 NOV 2014

GAZETA DO POVO ENTRELINHAS

Criança Cidadã

Será lançada hoje no Paraná a campanha Criança Cidadã – Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento. A iniciativa é do Tribunal de Justiça do Paraná, da Associação dos Magistrados do Paraná, da Associação dos Notários e Registradores do Paraná e do Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná. A campanha tem como objetivo zerar os índices de crianças sem registro civil no estado. Para isso, serão realizados mutirões pelos cartórios até 8 de dezembro. A ação tem apoio da RPCTV, da Itaipu Binacional e da Associação das Emissoras de Rádio do Paraná.

17 NOV 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Delegados 1

O Judiciário e o Ministério Público, antes de abrir processos disciplinares contra os delegados de polícia de Curitiba e região, deveriam trabalhar com mais agilidade no cumprimento das leis. Hoje é sabido que as delegacias de polícia paranaenses estão abarrotadas de presos. A saída para esse problema deveria partir do MP e do Judiciário, e o que vemos é a morosidade e falta de interesse em julgar os processos e punir os culpados. Senhores promotores e juízes, façam um estágio de oito horas por dia, durante 30 dias, em uma delegacia para sentir de perto a situação carcerária.

Artur Soares de Oliveira Júnior

Delegados 2

Esses criminosos liberados podem até ter cometido crimes de "baixo poder ofensivo", mas de qualquer modo desobedeceram à lei e devem ser punidos por seus atos, pois aqueles que hoje cometem crimes insignificantes no futuro podem tornar-se grandes bandidos. Por isso concordo com a punição a esses delegados que colocam pequenos ladrões em liberdade antes de enviar o caso para a Justiça.

Valentina Schmaedecke Ribas

Lei Maria da Penha

As mulheres devem ser incentivadas a denunciar agressões, bem como vizinhos e parentes, e isso deve ser estimulado também para outras ilicitudes. Se sabemos que um colega de trabalho desvia recursos, devemos denunciá-lo. Delatar, embora seja uma palavra usada de forma pejorativa, na verdade é uma das atitudes mais nobres de nossa sociedade.

Marcos de Luca Rothen

GAZETA DO POVO

JOÃO SOMMA NETO

Um tributo às pessoas

17 NOV 2014

Um acontecimento importante para a comunicação social paranaense, transcendendo o mero domínio acadêmico, tem sido comemorado neste ano. É o jubileu de ouro do curso de Jornalismo da centenária UFPR, cujo funcionamento começou em 1964.

Desde seu princípio — coincidente com um dos períodos tenebrosos da história do Brasil — até o momento presente, grande número de alunos passou pelo curso em suas diversas fases. Superando as dificuldades iniciais de implantação e de restrições às liberdades individuais e coletivas que refletiam diretamente na prática cotidiana do jornalismo, houve preocupação em oferecer uma formação voltada ao conhecimento generalista das humanidades, mesclada ao ensino das técnicas de produção nas diversas mídias com preponderância aos veículos impressos.

Na década seguinte, tive o privilégio de ser estudante de Jornalismo nesse curso, ingressando em 1976, época de transição entre o pioneirismo do período anterior e a busca de condições técnicas e de infraestrutura para atender a demandas do mercado de trabalho. Para tanto havia grande empenho, sobretudo do corpo docente. Nove anos depois, passei a ser professor mediante concurso público em 1987, condição exercida atualmente.

Responsável pela formação intelectual e técnica de diversos profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente, esse curso comemora dignamente seus 50 anos, apesar de problemas recentes que levaram a medidas do Ministério da Educação.

Assim é que vários eventos marcaram as comemorações, com debates e palestras, encontros sociais e recreativos. Foram produzidas reflexões sobre a comunicação como ação política, sobre a dicotomia entre os enfoques técnicos e o foco na pesquisa,

resvalou-se em considerações sobre as transformações formativas e sua relação com a evolução da sociedade, traçou-se panorama do jornalismo público ou de serviço, discutiram-se questões como o jornalismo e os movimentos sociais, a tecnologia e o protagonismo etc.

No entanto, mais do que isso, é necessário prestar real tributo em agradecimento às pessoas que, ao longo do cinquentenário, permitiram ao curso trilhar seu caminho, dando parte de sua vida ao trabalho ali realizado. Cultivar a memória daqueles que contribuíram de algum modo para a realização do sonho profissional de tantos é reconhecer seu papel na história, pois nada mais valioso do que o capital humano — sem ele não há futuro a ser buscado.

Entre os vários nomes que vêm à lembrança aleatoriamente estão professores como Hélio Puglielli, João Féder, Danilo Cortes, Airton Batista, Roberto Novaes, Ieda Matias, Apollo Taborda França, José Crippa, Ana Maria Crippa, Paulo Khoeler, Elizabeth Vasconcelos, Eurico Schwinden, Eliane Fontoura, Lucia Camargo, Patrícia Mollo, José Wille, Celsi Silvestrin Bronstrup, Rubens Sprada Mazza, Anely Ribeiro.

Junto a estes, pessoas que trabalharam na área administrativa, como Olinda Maciel, Jussara Macedo, Sandra Andrade e Delma Maskow.

A todas essas pessoas certamente vale sempre o reconhecimento e permanente ato de gratidão, mais do que todas as outras formas comemorativas ou elucubrações de valor intelectual nem sempre elevado.

João Somma Neto, doutor em Jornalismo, é professor do Departamento de Comunicação da UFPR.

17 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» MEMÓRIA

Flora, a mulher que viveu para contar



O adeus a Flora Munhoz da Rocha

Faleceu ontem, aos 103 anos, em Curitiba, a escritora e ex-primeira-dama do Paraná Flora Camargo Munhoz da Rocha. Flora foi casada com o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto e publicou contos, poemas e peças teatrais.

| José Carlos Fernandes

Os paranaenses dos quatro costados costumam contar uma história saborosa. No final da 1960, ao comprar um imóvel na Praça Osório, o então ex-governador Bento Munhoz da Rocha disse à sua companheira, Flora, que “aquele seria seu apartamento de viúva”. Ela achava graça. Poderia ir antes do marido, afinal. Ao que ele respondia: “Os Camargo são eternos”, numa referência à longeva família da mulher, filha de um dos mitos políticos do estado, Affonso Camargo.

Bento estava certo. Morreu em 1973. Flora “viveu para contar”, merecendo a fama de eterna. Chegou aos 103 anos,

completados em 23 de setembro deste ano. Gostava de dizer que buscava um recorde — ir mais longe do que sua irmã, Eleonora da Veiga, hoje com 110 anos. Perdeu essa aposta, mas ganhou todas as outras. A discreta esposa de Bento — eleito o “Paranaense do Século” numa pesquisa de 2008 da *Gazeta do Povo* — morreu ontem, no início da tarde, de causas naturais, no posto de a mais marcante primeira dama de que se teve notícia. Não é exagero dizer que há um antes e depois de Flora.

Flora Camargo seguiu à risca os protocolos das meninas bem-nascidas. Estudou no Cajuru e no Sacre-Coeur, cultivou tanto as letras quanto as habilidades manuais. É curioso. Por boas décadas não só confeccionou seu próprio guarda-roupa como se deu por satisfeita com ele. “Conservava várias peças, numa espécie de galeria, e nos mostrava quando a visitávamos”, conta a amiga e parceria na Academia Paranaense de Letras (APL), Chloris Casagrande Justen, atual presidente da instituição.

A moça prendada se casou aos 17 anos — os Camargo e os Munhoz da Rocha eram próximos, nada mais natural. Tiveram cinco filhos: Caetano, Mitzy, Daisy, Sandra e Suzana. Em 1951, com a chegada de Bento ao poder, a surpresa. Flora manteve a discrição própria de quem foi educada por freiras francesas. Os amigos, inclusive, sempre a destacam como “a grande observadora”. A questão é que o governo a que assistiu colo-

cou o Paraná nas trilhas da modernidade, um fato que não a pegou distraída. “Tenho para mim que Flora foi educada para viver esse papel. Não decepcionou”, diz a amiga “de uma vida inteira”, a escritora Liamir Hauer, 91.

“Gosto de dizer que Flora era feminista antes mesmo dessa palavra existir”, resume a nora Gilda Carnasciali Munhoz da Rocha. Prova disso é que não se acomodou aos rapapés palacianos. Nos idos da década de 1950, enquanto o marido erguia o Centro Cívico, para citar um de seus feitos, ela fundava a assistência social no estado. Criou o projeto Cidade dos Meninos — para a dita “infância desvalida” — e mais de 400 postos de puericultura. Parte desses projetos sumiram em gestões posteriores — um desacato que, também em silêncio, nunca perdoou. “Marca de sua elegância”, comenta a jornalista Rosy de Sá Cardoso, que soma mais de 60 anos de vida profissional, tempo em que observou a grande dama.

Não se tratava de uma mulher para ser lembrada pela roupa que usou numa recepção do Palácio Iguazu. Era ilustrada. Ainda que à sombra de um orador como Bento, dava-se com as palavras, um gosto que não conseguiu manter preso aos diários privados. Escreveu uma dezena de livros, o primeiro, *Apontamentos*, em 1954. Publicou colunas na revista *O Cruzeiro* e jornal *Gazeta do Povo*, entre outros veículos.

CONTINUA

17 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em 2008, quando somava já 97 anos, as escritoras Chloris Justen e Adélia Woellner lutaram para lhe fazer justiça, apoiando sua candidatura à Academia Paranaense de Letras. Ocupava a cadeira n.º 10. O tempo e a idade logo a impediram de desfrutar da vida de acadêmica — mas Flora sabia se comunicar como poucos, inclusive por cartas. “Continuou presente, a seu modo. Era um ícone”, reforça Chloris.

Serviço

Flora Munhoz da Rocha está sendo velada na Capela Vaticano (Rua Hugo Simas, 26), até as 15 horas de hoje.



Flora no apartamento da Osório: viveu para contar.

17 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTA DE FALECIMENTO

**FLORA CAMARGO
MUNHOZ DA ROCHA**

Aos 103 anos, viúva de Bento Munhoz da Rocha Netto
deixa 5 filhos, 17 netos, 33 bisnetos e 3 tataranetos.
Será velada na Capela Vaticano, em Curitiba, até as 15 horas
desta segunda-feira, 17 de novembro de 2014.

15 NOV 2014

IMPACTO PARANÁ

CNJ QUER O TJ-PR MOSTRANDO UMA TOTAL TRANSPARÊNCIA

Está correndo o prazo de quinze dias que o CNJ deu para o Tribunal de Justiça do Paraná cumprir a Lei da Transparência.

Com a tapeação de dificultar cada vez mais a qualquer interessado saber a respeito de salários e mordomias dos desembargadores, juizes e servidores do Poder Judiciário, o TJ-PR foi, finalmente, apanhado no contrapé.

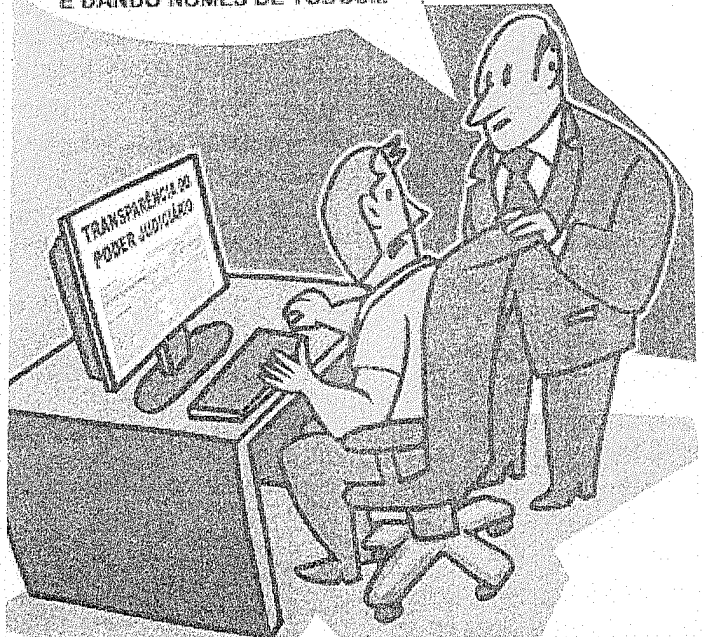
A prática de dificultar ao máximo o interesse de qualquer um de saber a respeito de salários, vantagens e mordomias que o Poder Judiciário deveria deixar transparecer sem maiores problemas, vai ter um ponto final.

Espera-se.

Decisão do CNJ-Conselho Nacional de Justiça, determinou, finalmente, que o TJ-PR facilite, de fato, a tal Lei da Transparência.

Afinal, o que existe de tão misterioso que os simples mortais não podem ficar sabendo?

▶ O CNJ EXIGIU E AGORA ESTA TURMA DE DESEMBARGADORES, JUÍZES E SERVIDORES VÃO TER QUE CONTAR SALÁRIOS E VANTAGENS SEM ESCONDER-SE SOB NÚMEROS E DANDO NOMES DE TODOS... ▶



15 NOV 2014

IMPACTO PARANÁ

AUXÍLIO-MORADIA CONTINUA DANDO MUITO QUE FALAR...

Era para a poeira já ter baixado. Mas o auxílio moradia que os juizes de todo o país passaram a receber, mesmo aqueles que já contêm com casa própria nos locais onde atuam, continua sendo assunto de manifestações.

Das redes sociais para as ruas é um pulo e por aqui mesmo volta de meia se ouve algum buchicho colocando a questão do auxílio-moradia para o Poder Judiciário como exemplo de certas coisas que precisam ser melhor equacionadas afim de acalmar o povo brasileiro que não aguenta mais tantos custos.

Se já não bastassem os outros tantos auxílios que recebem nossas autoridades, em vários escalões, além dos subsídios que recebem, certas concessões, como essa do auxílio moradia dá muito o que pensar.

A extensão da medida para todos os juizes deixou claro que os privilégios para determinadas autoridades continuam.

Por isso, o auxílio-frutas, que há algum tempo motivou comentários, já caiu no esquecimento e hoje é prática normal por conta da Mãe Joana.



15 NOV 2014

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

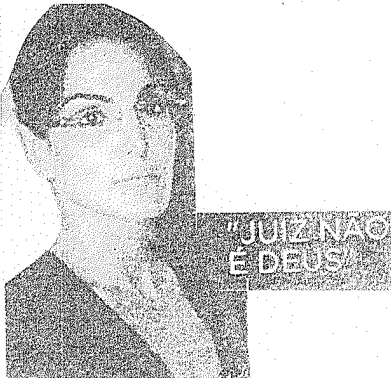
Osmann de Oliveira
- Advogado

NENHUM JUIZ É DEUS

Eu defendia uma senhora acusada de pequeno delito. E relatei que, nervosa, caminhava pela rua movimentada. Ia à sua frente um cidadão com ar pretensioso. Repentinamente a mulher escorregou e ao cair gritou: "meu deus!". O cidadão voltou-se para ela, identificou-se como juiz e perguntou-lhe: "a senhora me chamou?"...

Agora passa para o anedotário uma outra situação: JOSÉ SIMÃO, o "Macaco Simão", em engraçado comentário na "Folha de São Paulo" do dia 7 de novembro de 2014, relata que "um juiz sem documentação, sem carteira, sem nada" foi barrado, no Leblon, no Rio de Janeiro, por agente de trânsito que o multou. Houve um "bafafá" e o magistrado quis impor a sua autoridade. A funcionária, entretanto, teria dito entredentes: "pensa que por ser juiz é deus"... E o preboste (é isso mesmo, preboste, não vá confundir com outra coisa, pois este é sinônimo de magistrado ou de, segundo o Aurélio "indivíduo investido de múnus público, delegatário de poderes da nação, governador ou distribuidor de justiça"), deu voz de prisão à servidora sob a alegação de que acabara ela de praticar crime de desacato. O jornalista José Simão, usando da mais fina ironia, acrescentou: "deus existe e mora no Rio e é juiz"... "ou seja, Deus é brasileiro".

Aproveitando a deixa posso acrescentar, ao contrário da homenagem que Minas Gerais presta à magistratura não se tratar de "um Juiz de Fora"...



O assunto, pelo seu inusitado, está repercutindo muito. A digna agente de trânsito, LUCIANA SILVA TAMBURINI, uma bonita jovem, como se vê na fotografia que corre o mundo, foi condenada a indenizar o juiz na quantia de R\$ 5.000,00, (cinco mil reais), a fim de minorar a dor moral pelo insulto que disse ter recebido. No caso, insultado foi Deus.

O juiz foi Souza Corrêa e o Desembargador José Carlos Paes foi o responsável pela fixação da quantia a ser paga. Pergunta-se: e o juiz vai quitar o valor da sua pena por estar dirigindo sem habilitação?

Solidária e revoltada a sociedade carioca passou a angariar valores, em espécie e conseguiu, numa semana, amearhar perto de R\$20.000,00 (vinte mil reais), para satisfazer a decisão judicial. A coisa não parou por aí!

LUCIANA TAMBURINI recorreu para o Tribunal de Justiça contra a decisão e, já, agora, o Conselho Nacional de Justiça, - o temido CNJ, - vai reunir-se para analisar a situação e saber se, administrativamente, pune o juiz por

aquilo ou se cancela o resultado da sua precipitação e forma de querer justificar o seu erro. Duas coisas emergem do episódio, a primeira diz respeito ao da servidora, pois, no exercício das suas funções lavrou multa prevista no Código Brasileiro de Trânsito contra a quem dirigia um veículo Land Rover, sem carteira, sem lenço e sem documentos e de outro nada justificava que o juiz a prendesse pela infração que era dele e não dela.

Talvez seja prudente dizer-se que é agressivo levantar-se a voz para carimbar qualquer pessoa, mas, é lamentável também que um magistrado que é o Estado faça do seu cargo uma arma.

Nenhum juiz é deus. Todos o respeitam. Por isso deles exige comportamento que nunca os nivele por baixo.

Na vida prática a lei é para todos. Se os mais simples mortais estão obrigados a conduzir veículos portando documentos como e por que um juiz, deputados ou ministros possam invocar condições especiais para faltar com esses deveres?

15 NOV 2014

IMPACTO PARANÁ

DEFENSOR PÚBLICO NO PARANÁ GANHA ATÉ R\$ 41 MIL MENSAIS

Vencimentos de R\$ 29 mil, R\$ 30 mil, R\$ 37 mil e R\$ 41 mil. São esses os rendimentos mensais, já chamados de super-salários, dos defensores públicos do Paraná. No mês setembro, 76 dos 78 defensores públicos (veja tabela em anexo) tiveram rendimentos brutos acima do teto constitucional. Esses pagamentos incluem a remuneração - que é igual para todos - e itens como "outras remunerações", "indenizações" e mais comissões por "função de confiança ou cargo em comissão" para aqueles que as exercem. As revelações são da Gazeta do Povo.

Segundo o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal, o teto dos defensores públicos equivale ao subsídio recebido pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, que corresponde a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ou seja, R\$ 26,5 mil, já que os membros do STF recebem R\$ 29,4 mil atualmente.

No total, os adicionais, fazendo uma conta bruta, elevaram a massa salarial dos defensores de R\$ 800 mil para mais de R\$ 3 milhões ao mês. Uma diferença de mais de R\$ 2,2 milhões. Não fosse o peso disso em si, parece haver um desperdício, já que não há defensores suficientes no estado e o dinheiro a mais poderia representar a contratação de mais 100 pessoas para a função.

O governador Beto Richa (PSDB), antes de viajar ao exterior, pediu "rigor total" na apuração

dos desvios e na investigação dos super-salários e classificou como "uma farrá" os vencimentos recebidos pelos defensores públicos. "A Defensoria esqueceu o espírito público e a transformou em uma defensoria de super-salários. Isso é uma farrá e tem que acabar", disse Beto Richa.

O tucano considera "inaceitável" a rápida ascensão, sem amparo legal, dos defensores públicos. "Estou perplexo com esses aumentos descabidos, considero isso uma farrá." Para ele, o país como um todo passa por um momento em que "é preciso ter austeridade". "Não tenho conhecimento de outra categoria que em menos de um ano teve [quase] 100% de aumento", disse.

Na semana passada o controlador-geral do estado, Carlos Eduardo de Moura, encaminhou um ofício à defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, com o pedido de uma série de explicações. Para isso, requisitou a ela que encaminhe a ele, num prazo de cinco dias úteis, uma série de documentos, como os contra-cheques de todos os defensores desde o ingresso de cada um na defensoria; a discriminação das parcelas pagas a eles e seu embasamento legal; os critérios aplicados para as promoções na carreira; além de uma cópia das atas das reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública.

IMPACTO PARANÁ 15 NOV 2014

AÇÃO CONTRA IBQP, REQUIÃO E LOURES FOI ACATADA PELA JUSTIÇA

Em decisão publicada nesta semana, o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, acolheu a ação anulatória proposta pelo Fórum Nacional do Transporte contra o senador Roberto Requião (PMDB), Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Paraná (IBQP) e Rodrigo Costa da Rocha Loures, entre outros, acusados pelo fórum de desviar R\$ 23,7 milhões dos cofres públicos.

A ação busca a anulação do contrato firmado pelo DER-PR e a Tecpar em 2005, termo de parceria firmado apenas uma semana após a celebração do contrato entre a Tecpar e o IBQP e mais os três termos aditivos. O instituto fora contratado para fiscalizar as rodovias pedagiadas e os serviços custaram de R\$ 23.729.413,60. A ação propõe a devolução do dinheiro corrigido que deve ultrapassar a R\$ 50 milhões. Segundo o fórum, os contratos foram feitos sem licitação e questionados pelo Tribunal de Contas do Estado.

"O fórum busca além da aplicação de improbidade administrativa dos gestores públicos, ainda a devolução dos valores indevidamente recebidos pelo IBQP, bem como a responsabilização do então governador Roberto Requião, quem autorizou toda a contratação, e ainda dos diretores do DER, Tecpar", disse o coordenador Acir Mezzadri. O juiz determinou a citação dos réus e vista ao Ministério Público.

17 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Desvinculação de receitas não gera direito a devolução de tributo a contribuinte

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão plenária, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 566007, com repercussão geral, em que uma empresa de transporte rodoviário contestava decisão do Tribunal Regional Federal (TRF-4) que manteve a validade de obrigação tributária independente da Desvinculação de Receitas da União (DRU) quanto à arrecadação de contribuições relativas a PIS, COFINS e CSLL.

A empresa alegava que as alterações efetuadas ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para permitir a desvinculação das receitas teria criado, como consequência, imposto inominado, em afronta à própria Constituição Federal. Dessa forma, sustenta que estaria livre do recolhimento do tributo na parte que teve destinação desvinculada.

A relatora do RE, ministra Cármen Lúcia, assinalou que o pleito original da empresa ocorreu em mandado de segurança, cuja impetração se dá apenas no sentido de reparar ato de autoridade que seja contrário ao direito do interessado. Segundo ela, esse fato descaracteriza a legitimidade da parte, pois, ainda que o Tribunal considerasse inconstitucional a desvinculação de receitas, a consequência seria a vinculação do produto da arrecadação, e não sua devolução ao contribuinte. Argumentou, ainda, que não há no caso situação de insegurança para o patrimônio jurídico da recorrente que devesse ser restabelecido por mandado de segurança, pois não é detentora de direito a ver repostos em seu patrimônio algo que não lhe é devido, mas sim da própria União.

15 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Continua afastado

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, indeferiu anteontem o pedido dos advogados de Fabio Camargo para que o ex-deputado estadual retomasse imediatamente suas funções no Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Com isso, manteve decisão de setembro deste ano, do ministro Gilmar Mendes. O conselheiro está afastado desde 4 de abril, quando Mendes havia o reconduzido, por meio de liminar, voltando atrás em seguida.

Enada de nova eleição

Apesar da movimentação, referente à suspensão de segurança 4945, Camargo segue recebendo seus salários, de cerca de R\$ 25 mil, normalmente. Lewandowski também reforçou o impedimento de que a Assembleia Legislativa (AL) do Estado realize novas eleições para preenchimento da cadeira do ex-parlamentar no TC, pelo menos até que o Tribunal de Justiça (TJ) julgue o mérito de um mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe, um dos candidatos derrotados no pleito.

Defesa

Na peça, Schrappe alega a existência de supostas irregularidades no processo, como ausência de documentação necessária e número insuficiente de votos para vitória no primeiro turno. "O STF reafirmou que ele não pode ser substituído enquanto não terminar o processo. Nós entendemos que a verdade vai prevalecer até o final dessa tramitação e que a normalidade será restabelecida com a volta dele ao cargo", afirmou o advogado Igor Tamasauskas, que representa Camargo.

15 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Paraná tem deficit de 200 delegados, afirma sindicato

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina - O Paraná tem um deficit de pelo menos 200 delegados. É o que aponta o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Sidepol). Uma reunião ontem em Londrina discutiu a falta de delegados também na 10ª Subdivisão Policial (SDP).

Atualmente o Paraná tem 383 delegados, menos do que o número de municípios: 399. A categoria foi reforçada recentemente com a nomeação de mais 62 delegados. O presidente do Sidepol, Claudio Marques, reconhece que há um esforço do governo estadual em diminuir uma "defasagem histórica", porém entende que é preciso medidas de urgência para solucionar o problema.

"De imediato o que a gente precisaria era nomear os outros 240 delegados aprovados e realizar novos concursos, como prevê o planejamento estratégico, a cada dois ou quatro anos. A atividade policial é perigosa e por isso o efetivo é volúvel", apontou Marques.

A previsão da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) era nomear 75 delegados, porém 13 aprovados ainda não fizeram a escola de polícia. Com isso não foi possível nomear delegados em todas as comarcas do Estado. Marechal

Estado conta hoje com 383 profissionais; 62 foram nomeados recentemente

Cândido Rondon e Nova Aurora, ambas no Oeste, estão sem delegados titulares.

Uma das propostas do Sidepol é a convocação de pelo menos cinco delegados que estão afastados da função, mas sem nenhuma denúncia formalizada por supostas irregularidades. "É um número pequeno, mas como estão recebendo nada mais justo que voltem a trabalhar para amenizar o quadro atual", relatou Marques.

Na 10ª SDP, que abrange 21 municípios, são 22 delegados, dos quais dez trabalham em Londrina. A cidade possui seis distritos policiais e quatro delegacias especializadas: homicídios, mulher, trânsito e adolescente. Na sede da 10ª SDP são mais três delegados: chefe, adjunto e operacional.

Com mais cargos que profissionais, o trabalho fica sobrecarregado. Atualmente, o 3º e o 4º distritos estão sem delegados titulares e apenas seis delegados se revezam durante os plantões noturnos. Dos 62 últimos delegados nomeados apenas um veio para a região e assumiu a delegacia de Centenário do Sul.

A criação do Núcleo de Pro-

teção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crimes (Nucría) em Londrina já foi sancionada pelo governador Beto Richa, mas a unidade ainda não entrou em funcionamento pois depende da nomeação de delegado, investigadores e escrivães. A sede onde funcionará a unidade já foi reformada, mobiliada e, inclusive, viaturas já foram compradas. A previsão inicial era que o Núcleo entrasse em funcionamento em setembro, como mostrou reportagem da FO-LHA em agosto.

O delegado chefe da 10ª SDP, Márcio Amaro, não quis se pronunciar a respeito da reunião de ontem.

A Polícia Civil, por meio da assessoria de imprensa, informou que dos 13 delegados que ainda não foram nomeados, alguns já fazem estágio em delegacias de Curitiba e que em breve vão entrar na escola de polícia. Sobre a contratação dos outros 240 aprovados no último concurso, a corporação aguarda a liberação de recursos para a nomeação.

CONTINUA

15 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em relação à falta de delegado em Marechal Cândido Rondon, o problema surgiu porque o nomeado desistiu de assumir o cargo. Já o de Nova Aurora foi transferido para Palotina, em substituição ao ex-delegado, que morreu em um acidente automobilístico. As duas comarcas devem receber delegados em breve, segundo a Polícia Civil.

Em relação a abertura do Nucria, a assessoria relatou que o Núcleo deve entrar em funcionamento até o primeiro trimestre de 2015.

15 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Lideranças são transferidas

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Londrina- O juiz da Vara de Execuções Penais, Kat-sujo Nakadomari, afirmou ontem que teve de transferir alguns presos das penitenciárias de Londrina para o sistema prisional federal para evitar rebeliões nas unidades da cidade. “Tivemos que fazer algumas transferências sim”, admitiu. Questionado sobre o número de presos que teriam sido encaminhados para o sistema federal, ele apenas disse que não é a quantidade de detentos que importa, mas “a qualidade dessas transferências”. “Essas pessoas eram lideranças dentro dos presídios”, explicou.

Segundo o vice-diretor da PEL 2, Edmir Cardoso da Silva, a Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Departamento de Execução Penal do Estado (Depen) e as diretorias de todas as unidades prisionais estão empenhadas em identificar os possíveis focos de motins e os presos que estão tentando se insurgir como lideranças. “Tentamos monitorá-los para que não aconteçam rebeliões. A gente nunca vai falar que está tranquilo, porque a segurança se faz no dia a dia. Pode acontecer uma rebelião aqui? Pode, mas em

Londrina está um clima tranquilo e estamos empenhados para manter do jeito que está. A gente sabe que rebeliões podem ocorrer em qualquer lugar, como aconteceu em outras unidades”, destacou.

A secretária de Estado da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, explicou que o risco de motins e rebeliões sempre existe no sistema prisional. “Até porque as pessoas que estão presas pela Justiça cometeram crimes graves, pelo menos em tese. Várias outras medidas estão sendo tomadas, entre

**Medida da VEP
tem objetivo de
evitar rebeliões nas
unidades de Londrina**

elas está o ‘pacotão penitenciário’, que foi editado pelo governo do Estado e que um dos aspectos

consiste na proibição do Departamento Penitenciário de fazer transferências de presos durante a ocorrência de rebeliões e motins”, salientou.

O “pacotão penitenciário” prevê que os agentes penitenciários devem seguir normas estabelecidas no “Caderno de Segurança do Depen”, que determina quais procedimentos devem ser adotados nos presídios para evitar tumultos. Caso alguma delas seja descumprida, a Corregedoria do Sistema Penal deverá instaurar procedimento para averiguar se a ação do agente foi omissa ou se houve conivência para que o motim ocorresse.

15 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Gleisi pede ao STF acesso a delações

Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - A senadora e ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) acesso ao conteúdo das delações premiadas feitas pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef no âmbito da Operação Lava Jato. O pedido foi protocolado na última quinta-feira e encaminhado ao relator da Lava Jato no STF, ministro Teori Zavascki.

Conforme publicou o jornal O Estado de S. Paulo no início de novembro, Youssef confirmou em sua delação que deu R\$ 1 milhão para a campanha de 2010 da ex-ministra, que foi eleita senadora naquele ano. O valor teria sido entregue a um empresário, proprietário de um shopping em Curitiba, em quatro parcelas, de acordo com o depoimento do doleiro.

A defesa da senadora cita na peça enviada ao Supremo reportagem da revista Veja com as informações sobre a

declaração de Youssef e reportagem anterior do jornal que aponta que Costa citou o ministro das Comunicações e marido de Gleisi, Paulo Bernardo, na delação. Costa disse que o ministro solicitou em 2010 "ajuda" na campanha da esposa.

A senadora contesta no STF a veracidade das afirmações de Paulo Roberto e de Youssef. A defesa de Gleisi alega que a "coincidência" do afirmado nas delações do ex-diretor e do doleiro é explicada pelo fato de os dois terem permanecido presos juntos em Curitiba, o que teria possibilitado a combinação dos argumentos a serem usados. A tese alegada no STF é de que a acusação contra Gleisi teria sido "fabricada".

A defesa nega o recebimento de colaboração financeira que não tenha constado na prestação de contas da campanha ao Senado e pede cópia dos depoimentos prestados por Costa e Youssef. O pedido foi feito antes da Polícia Federal iniciar a sétima fase da Operação Lava Jato.

16 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Na batalha por justiça

Cego, desembargador Ricardo da Fonseca completa 18 anos de luta contra preconceito e defesa das minorias

“A deficiência não tem relação com os sentidos, mas como a sociedade oferece caminhos para que a pessoa exerça sua cidadania com plenitude”



“A deficiência está na sociedade e não nas pessoas deficientes”,
alfineta
Ricardo Fonseca

Marian Trigueiros

Reportagem Local

Londrina – Nomeado em 2009, primeiro desembargador cego da história do País, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca tem uma história de vida que mescla superação e desbravamento. Nascido prematuro aos seis meses em 1959, em São Paulo, sofreu paralisia cerebral, que trouxe sequelas profundas na visão e nos braços e pernas. Fisioterapia e cirurgias o ajudaram a conquistar movimentos, ainda que limitados. Mesmo assim frequentou a escola normalmente.

Com a ajuda da mãe aprendeu a ler e escrever, quando ainda enxergava alguma coisa. Juntos, desenvolveram um método de memorização que o auxilia até hoje. “Ela escrevia as letras em formato bem grande no papel de pão para que eu pudesse ver”, recorda-se.

Apesar das dificuldades, já na adolescência sabia que queria seguir adiante com os estudos. Entrou em Direito na concorrida Universidade de São Paulo (USP). “Não havia um método para realização da prova. Leram em voz

alta as questões e eu respondia ou ditava. Tudo foi gravado numa fita cassete para comprovação”, conta, atendendo que esse modelo é utilizado até hoje. O que ninguém esperava aconteceu: foi aprovado. Então um novo desafio se iniciava; além de acompanhar as aulas, precisava fazer as avaliações. “Pedia aos professores para fazer as provas no formato oral. Nessa época, minha mãe continuava me auxiliando.”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 16 NOV 2014

CONTINUAÇÃO

Aos 23 anos, no terceiro ano da graduação, perdeu o pouco de visão que restava. “Os colegas de classe liam e gravavam o conteúdo. Foi a maneira mais fácil encontrada. Para se ter uma ideia, um Código Civil em braille teria de ser transformado em uns 20 livros bem grandes. É inviável.”

Apesar de aplicado e disciplinado, não conseguia estágio por conta de sua deficiência. Foi quando começou a atuar na área de assistência jurídica da universidade. “Ali eu aprendi o que era exercer o Direito e a resolver os problemas sociais”, comenta.

PRECONCEITO

Formado e com um bom currículo, Fonseca seguiu enfrentando adversidades. Não conseguia emprego por conta do preconceito. Aproveitou então oportunidade de trabalhar com um juiz no TRT de Campinas, no interior paulista. “Fiquei lá por cinco anos como assessor. Foi esse juiz quem me estimulou a tentar uma vaga em concurso”, lembra. Nesse período, fez mestrado e iniciou o doutorado. E prestou a prova para o Ministério Público do Trabalho, em 1991. Foi aprovado em sexto lugar, concorrendo com mais de 4,5 mil candidatas. “E lá se foram 18 anos atuando como procurador do trabalho, sobretudo, no combate à vulnerabilidade de minorias, como trabalho infantil e fraudes em cooperativas. Tenho orgulho de dizer que nunca perdi uma ação civil pública”, celebra.

Entre os trabalhos mais marcantes, Fonseca destaca visitas a olarias e carvoarias, onde crianças trabalhavam

sob sol escaldante. Outro trabalho que ficou marcado na memória foi a fiscalização a uma empresa onde os trabalhadores eram obrigados a tomar banho de agrotóxico para entrar na propriedade rural, com o objetivo de reduzir riscos de contaminação à lavoura. “Não conseguia acreditar que aquilo estava acontecendo. Tive o privilégio de exercer o direito do trabalho da melhor forma, que é combatendo os problemas sociais. Para haver harmonização entre o mercado globalizado e os direitos humanos é preciso que as empresas reflitam sobre o valor social e deixem de subjugar as pessoas”, alfineta o desembargador.

CONVENÇÃO DA ONU

A atuação como procurador do trabalho fez com que fosse designado como colaborador da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecida pela Constituição Federal em 2006. “O alcance do conceito adotado pela Convenção da ONU refletiu em toda a legislação brasileira. Agora, é uma norma constitucional. Para isso, foi alterado radicalmente o enfoque político sobre as pessoas com deficiência para que se rompa, de vez, o tom assistencialista das legislações. Os deficientes não precisam somente de benefício, mas, principalmente, de formação de mão de obra e oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, defende.

Hoje, considera ser desembargador o coroamento de um sonho. “Meu currículo me credenciou a essa nomeação. Foi uma atitude histórica do TRT me indicar ao cargo. Tudo é resultado do esforço empenhado. Espero que as coisas mudem, porque a deficiência está na sociedade e não nas pessoas deficientes. A deficiência não tem relação com os sentidos, mas como a sociedade oferece caminhos para que a pessoa exerça sua cidadania com plenitude.”

16 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Executivos entram com habeas corpus

Presos da Lava Jato prestarão depoimento ainda ontem na Superintendência da PF em Curitiba

André Richter
Agência Brasil

Brasília - Pelo menos nove executivos ligados a empreiteiras que tiveram prisão decretada na sétima fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, entraram ontem com pedidos de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre (RS), segunda instância da Justiça Federal. Três deles ainda não haviam sido presos, mas entraram com o pedido de revogação da prisão. Os pedidos devem ser analisados no plantão judiciário. Deflagrada anteontem, por determinação do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, em Curitiba, a nova fase da operação prendeu 20 acusados, entre eles o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque.

Dos 25 mandados de prisão recedidos pela PF, quatro não foram cumpridos. Os policiais ainda não conseguiram localizar os executivos da Camargo Correa João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração, e Dalton dos Santos Avanci-ni, diretor-presidente. Aldarico Negromonte Filho, acusado de ter ligações com o doleiro Alberto Youssef, e Fernando Antonio Falcão Soares são considerados foragidos. Eduardo Emerlino Leite,

vice-presidente da Camargo Correa, estava preso em São Paulo e seria transferido para Curitiba na tarde de ontem.

Os demais presos que entraram com pedido de habeas corpus estão na superintendência da PF, em Curitiba. São eles: Alexandre Portella Barbosa, advogado da empreiteira OAS, Carlos Eduardo Strauch Alberro, diretor da Engevix, José Aldemário Pinheiro Filho, presidente da OAS, José Ricardo Nogueira Breghirolli, funcionário da OAS, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, diretor da Área Internacional da OAS, e Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix.

Todos os presos foram levados, na madrugada de ontem, em um avião da Polícia Federal, para a Superintendência da PF em Curitiba, onde começaram a prestar depoimento ainda ontem, após passarem por exame de corpo delito. A maioria está sob regime de prisão temporária, que deve durar até a próxima terça-feira.

OAS

Os advogados de cinco executivos ligados à empreiteira OAS pediram ontem ao juiz Sérgio Moro que seja garantido o acesso da defesa aos investigados, presos em

Curitiba. Os advogados alegam que não conseguiram contato direto com José Adelmário Pinheiro Filho, Mateus Coutinho de Sá Oliveira, Alexandre Portella Barbosa, José Ricardo Nogueira Breghirolli e Agenor Franklin Magalhães Medeiros.

No pedido, eles queriam que fosse garantido o acesso aos acusados em sala reservada, além de entrevista prévia, antes dos interrogatórios. O pedido seria analisado pelo juiz plantonista da Justiça Federal em Curitiba.

16 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Acordo garante Vital no TCU e Cardozo no STF

O PMDB do senador Renan Calheiros (AL) resolveu apadrinhar a indicação de Vital do Rêgo (PB), presidente da CPI e da CPMI da Petrobras, ao cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em contrapartida, o PMDB oferece a aprovação rápida da indicação do ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. E tudo fica dominado.

Que vergonha...

No TCU, Vital do Rêgo, pretende substituir o ministro José Jorge, que apurou o roubo de R\$ 3 bilhões na estatal Petrobras.

Pizzaiole

Assim como nas CPIs que preside, Vital do Rêgo, engavetador-geral do Petrolão, promete ao Planalto especializar-se em receitas de pizza.

Tome tento

Amigos de Vital do Rêgo temem que ele se empenhe de tal forma em sepultar o escândalo que acabe contaminado pelo Petrolão.

Batman era só o Robin

No STF, a toga de Joaquim Barbosa rendeu a ele o apelido "Batman", mas depois da corajosa atuação do juiz Sérgio Moro, herói da Lava Jato, o ex-presidente do STF está mais para o coadjuvante "Robin".

FÓRUM DO LEITOR

Juiz sem juízo

Não é piada e sim um fato real. A agente de trânsito Luciana, do Rio de Janeiro, seguindo a lei, multou "João" porque seu veículo estava sem placa, sem documentos e sem a carteira de habilitação. Qualquer cidadão comum compreenderia que ela agiu corretamente e ficaria envergonhado. No entanto, não era um simples João, mas sim o excelentíssimo senhor juiz João Carlos de Souza Correia. Nesse caso especial e atípico, Luciana foi condenada a pagar R\$ 5 mil em indenização por danos morais, por comentar que ele não era Deus. Resta-nos aguardar o juízo final, segundo o apocalipse, para que realmente a justiça seja feita, imaginando que o bom Deus não seja multado ou precise recorrer a segunda instância, caso o juiz seja condenado, mas tenha uma equipe bem estruturada no purgatório.

AMARILDO PASINI (engenheiro agrônomo) – Londrina

17 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça negou habeas corpus para 11 investigados

Depoimentos de presos da Operação Lava Jato tiveram início no sábado e devem continuar até amanhã

Mariana Branco
Agência Brasil

Brasília - A Justiça Federal negou pedidos de liberdade para 11 investigados da Operação Lava Jato no último sábado. A decisão foi da desembargadora Maria de Fátima Freitas Laberrère, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), de Porto Alegre. Segundo dados do Ministério da Justiça, 19 pessoas foram presas.

A desembargadora negou pedidos da defesa de Eduardo Emerlino Leite, diretor da Camargo Corrêa; e de Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler, vinculados à mesma construtora. Avancini e Auler tiveram decretada a prisão temporária. No caso de Leite, cujo mandado foi para prisão preventiva, além de pedir habeas corpus, os advogados alegaram questões de saúde para pedir ainda o cumprimento de prisão domiciliar, já que ele seria portador de hipertensão arterial. Também no sábado foram indeferidos os pedidos de Agenor Franklin Magalhães Medeiros e José Ricardo Nogueira Breghirolli, ligados à OAS.

A desembargadora também negou habeas corpus a José Aldemário Pinheiro Filho, presidente da OAS, e a Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Alexandre Portela Barbosa, ligados à mesma empresa. Foram expedidos mandados de prisão temporária para os três. Ela indeferiu, ainda, pedidos de liberdade para Carlos Eduardo Strauch Albero, Milton Prado Júnior e Gerson de Mello Almada, da Engevix. Para os dois primeiros foi expedido mandado de prisão temporária. Para Almada, mandado de prisão preventiva.

Mais dois pedidos de habeas corpus chegaram, ainda pela manhã de ontem, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). No fim da tarde, o STJ informou, por meio da assessoria de comunicação, que eles foram indeferidos pelo desembargador convocado Newton Trisotto. O STJ não informou as defesas de quais acusados entregaram as petições, alegando segredo de Justiça.

CONTINUA

Advogados de construtora pedem libertação de presos

Curitiba - A defesa dos executivos da construtora OAS presos na operação Lava Jato protocolou pedido de libertação dos detidos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ontem. No sábado, instância inferior da Justiça, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, negou a soltura. Foram apresentados dois habeas corpus, um para aqueles sob prisão preventiva, que não têm prazo de duração, e outro para os detidos em prisão temporária, que termina amanhã.

Estão em prisão preventiva os executivos da OAS José Ricardo Nogueira Breghirolli e Agenor Franklin Magalhães Medeiros. Sob detenção temporária estão Mateus Coutinho de Sá Oliveira, Alexandre Portela Barbosa e José Aldemário Pinheiro Filho.

IML

Todos os 23 presos foram levados ao Instituto Médico Legal (IML) do Paraná para realização de exame de corpo de delito na manhã de ontem. O objetivo do exame é registrar as condições físicas dos presos no momento da entrada no cárcere. Já os depoimentos tiveram início na manhã de sábado, com Ildefonso Colares Filho, ex-diretor-presidente da construtora Queiroz Galvão, e devem continuar até amanhã.

Os 23 presos até agora estão em um espaço onde ficam as duas celas na carceragem da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Alguns tiveram que dormir em colchões no chão e comeram a comida fornecida pela polícia. (Das Agências)

17 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

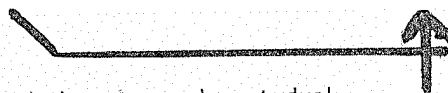
Fim das doações

O juiz Marlon Reis, criador da Lei da Ficha Limpa, está empenhado em um projeto popular proibindo doações empresariais para campanhas.

17 NOV 2014

BEM PARANÁ

EM ALTA



O TJ-PR, lança hoje a campanha estadual "CRIANÇA CIDADÃ – Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento", em parceria com a Amapar, a Anoreg e o Inpar. O objetivo é promover o registro civil de todas as crianças do Estado do Paraná.

BEMPARANÁ

Justiça rejeita libertação de executivos presos

A Justiça Federal negou pedidos de liberdade para 11 investigados da Operação Lava Jato. A decisão foi da desembargadora Maria de Fátima Freitas Laberrère, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), de Porto Alegre. Segundo o Ministério da Justiça, 19 pessoas foram presas. A desembargadora negou pedidos da defesa de Eduardo Emerlino Leite, diretor da Camargo Corrêa; e de Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler, vinculados à mesma construtora. Avancini e Auler tiveram decretada a prisão temporária.

No caso de Leite, cujo mandado foi para prisão preventiva, além de pedir habeas corpus, os advogados alegaram questões de saúde para pedir ainda o cumprimento de prisão domiciliar, já que ele seria portador de hipertensão arterial. Também, ontem, foram indeferidos os pedidos de Agenor Franklin Magalhães Medeiros e José Ricardo Nogueira Breghirolli, ligados à OAS.

Maria de Fátima Freitas Laberrère também negou habeas corpus a José Aldemário Pinheiro Filho, presidente da OAS, e a Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Alexandre Portela Barbosa, ligados à mesma empresa. Foram expedidos mandados de prisão temporária para os três. A desembargadora indeferiu, ainda, pedidos de liberdade para Carlos Eduardo Strauch Albero, Milton Prado Júnior e Gerson de Mello Almada, da Engevix. Para os dois primeiros foi expedido mandado de prisão temporária. Mais dois pedidos de habeas corpus chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

17 NOV 2014

15 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção leva executivos de seis empreiteiras à cadeia

Empresas são acusadas de participar de desvio de recursos da estatal para políticos

DE SÃO PAULO, CURITIBA, BRASÍLIA E RIO

A Polícia Federal prendeu nesta sexta-feira 18 executivos de seis das maiores empreiteiras do país, todos acusados de participação no esquema de corrupção que teria desviado recursos da Petrobras para o PT e outros partidos que apoiam o governo no Congresso.

O juiz federal Sérgio Moro, um dos responsáveis pela condução das investigações da Operação Lava Jato da PF, mandou prender 25 executivos, incluindo os presidentes de cinco empreiteiras, Camargo Corrêa, Iesa, OAS, Queiroz Galvão e UTC. Os policiais ainda não localizaram sete pessoas da lista.

É a primeira vez que os executivos dessas empresas são levados à cadeia. As prisões ampliam a pressão sobre as empresas num momento em que seus advogados começavam a discutir com o Ministério Público Federal a possibilidade de colaborar com as investigações e pagar indenizações bilionárias em troca da redução das punições previstas para seus funcionários.

Os policiais também fizeram buscas em escritórios da Odebrecht, que não teve nenhum executivo com prisão decretada. As nove empresas atingidas pela operação têm R\$ 59 bilhões em contratos com a Petrobras, segundo a polícia. A Justiça mandou bloquear R\$ 720 milhões em recursos nas contas dos executivos.

O ex-diretor da Petrobras Renato Duque, ligado ao PT e acusado de exigir propina para facilitar os negócios das empreiteiras, foi preso também. Outro ex-diretor da estatal, Paulo Roberto Costa, foi preso em março e colabora com as investigações desde agosto.

“Não há rosto nem bolso na República”, disse um dos procuradores que atua nas investigações, Carlos Fernando Lima. “Era mais fácil advogar na época da ditadura militar”, disse o advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que defende um dos executivos da Camargo Corrêa, ainda não localizado pela polícia.

CONTINUA

OS NOVOS ALVOS DA PF

Os executivos atingidos na 7ª etapa da operação

- prisão preventiva
- prisão temporária
- não localizado

OAS

- Agenor Franklin Magalhães Medeiros – diretor-pres. da área internacional de petróleo e gás
- Mateus Coutinho de Sa Oliveira – vice-presidente do Conselho de Administração
- José Ricardo Nogueira Breghirolli – funcionário
- José Aldemário Pinheiro Filho – presidente
- Alexandre Portela Barbosa – advogado

UTC

- Walmir Pinheiro Santana – diretor financeiro da UTC Participações
- Edinaldo Alves da Silva – fazia transporte de recursos

ENGEVIX

- Carlos Eduardo Strauch Alberto – diretor técnico
- Newton Prado Junior – diretor técnico

JESA

- Valdir Lima Carreiro – diretor-presidente
- Otto Garrido Sparenberg – diretor de operações

QUEIROZ GALVÃO

- Othon Zanoide de Moraes Filho – diretor da Vital Engenharia, empresa do grupo
- Ildelfonso Colares Filho – diretor até 2012

GALVÃO ENGENHARIA

- Ertor Medeiros Fonseca – diretor-presidente da Divisão de Engenharia Industrial

OUTROS

- Jayme Alves de Oliveira Filho – ligado a empresas de Alberto Youssef
- Adarico Negromonte Filho – irmão do ex-ministro do Turismo Mario Negromonte
- Carlos Alberto da Costa Silva – advogado que atua para empreiteiras
- Fernando Soares – lobbista conhecido como Fernando Baiano, suspeito de ser o elo entre PMDB e esquema de corrupção na Petrobras

25 mandados de prisão foram expedidos



Sergio Cunha Mendes – Vice-presidente executivo da Mendes Junior, negocia se apresentar a PF.

300 agentes participaram desta 7ª fase da operação, que atingiu 5 Estados (SP, PR, RJ, PE e MG) e o DF



Renato Duque – Ex-diretor de Serviços da Petrobras (de 2003 a 2012), apontado por procuradores e policiais como o principal operador do PT nos desvios da Petrobras

R\$ 720 mi foi o total de recursos bloqueados dos executivos investigados; não houve bloqueio das contas das empresas

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 NOV 2014

Ricardo Ribeiro Pascoa
Presidente da UTC,
citado pela Justiça
como "responsável pelo
pagamento de propinas a
agentes públicos e como
coordenador do cartel"



Dalton dos Santos
Avancini
Diretor-presidente
da Camargo
Correia Construções e
Participações



Gerson de Mello
Almeida
Vice-presidente da
Engevix, um dos
principais responsáveis
pelo "cartel", segundo o
juiz Moro



Eduardo Hermelino
Leite
Vice-presidente da
Camargo Corréa

R\$ 59 bi

é o valor dos contratos
que as nove empresas
atingidas pela nova fase
da operação têm com
a Petrobrás

CONTINUA



João Ricardo Auler
Presidente do
Conselho de
Administração da Camargo
Correia, citado em
depoimento por Youssef






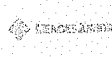



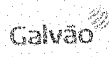
9

companhias envolvidas
(Camargo Corréa,
Engevix, Galvão
Engenharia, Iesa, Mendes
Júnior, OAS, Odebrecht,
Queiroz Galvão e UTC)

15 NOV 2014

CONTINUAÇÃO
CONSTRUÇÃO DO ESQUEMA
 Raio-x das empresas citadas no caso

FOLHA DE S. PAULO

Empresa	Empenhamentos em R\$ bilhões	Mandados de prisão	Doações em 2014 em R\$ milhões
 Camargo Corrêa	4,6	3	2,3**
 Engevix	1,2	3	6
 OAS	7,8	5	52
 Odebrecht	32,3	0	41
 UTC	2,9	3	40
 Mendes Júnior	1,8	1	Não doou
 Iesa	1,3°	1	Não doou
 Queiroz Galvão	4,6	2	52
 Vital Engenharia	0,4	0	Não doou
 Galvão Engenharia	3,8	1	14

Obra que participou e valor total

Refinaria Abreu e Lima
R\$ 18 bilhões
 Refinaria Presidente Getúlio Vargas

R\$ 8,6 bilhões
 Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

R\$ 7,5 bilhões

FONTE DE INSPIRAÇÃO

Operação na Itália dos anos 1990 desarticulou rede de corrupção

▲ Em 1992, promotores italianos iniciaram investigação para minar esquemas de corrupção

▲ A Operação Mãos Limpas investigou cerca de 6.000 pessoas; um terço foi condenada

▲ Houve mudanças no financiamento de campanhas, e o preço de obras públicas despencou

▲ Grandes grupos econômicos foram envolvidos, e acusados chegaram a se suicidar

▲ Dois partidos deixaram de existir e a correlação de forças políticas mudou completamente

▲ Aproximadamente R\$ 50 bilhões que haviam sido desviados do governo acabaram recuperados

▲ O juiz que liderou a operação fez carreira política, virou ministro e fundou um partido

15 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Petrobras virou maior cliente de empreiteiras

Estatual responde por boa parte do faturamento dessas empresas

Investimentos da Petrobras criaram um "mercado" bilionário e mais atraente que o de rodovias e hidrelétricas

DAVID FRIEDLANDER
JULIO WIZIACK
DE SÃO PAULO

Os investimentos bilionários da Petrobras, a partir do governo Lula, transformaram a estatal no cliente mais cobiçado pelas grandes empreiteiras apanhadas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato.

O interesse dessas empresas, antes focado em estradas, pontes e hidrelétricas, foi transferido para a Petrobras, que é dona de um orçamento gigantesco e paga em dia — o que nem sempre acontece com os governos estaduais e até ministérios.

Segundo a PF, as sete empresas que foram alvo das buscas e prisões nesta sexta têm juntas contratos que somam R\$ 59 bilhões. A Petrobras é hoje o cliente mais importante para Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, UTC, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Engevix, Mendes Júnior e Iesa.

A Folha perguntou a todas essas empresas qual o peso dos contratos com a Petrobras em suas receitas. Nenhuma quis dar informações.

As grandes empreiteiras foram atraídas para a estatal pela política de investimento dos governos do PT, que priorizaram a autossuficiência em petróleo e a exploração do pré-sal como cartão de apresentação de Lula e Dilma.

Quando Lula assumiu, em 2003, a estatal investia US\$ 7,4 bilhões por ano. No ano passado, chegou a US\$ 50 bilhões. Entre 2014 e 2018, a estatal planeja desembolsar mais US\$ 154 bilhões.

Com o ritmo acelerado de investimentos da estatal, as empreiteiras passaram a buscar contratos para tudo: construção de refinarias, dutos, plataformas e sondas para exploração de petróleo.

Montaram estaleiros, como o EAS (Atlântico Sul), sociedade da Camargo, Queiroz Galvão e investidores japoneses, para produzir navios cargueiros para a Petrobras.

Segundo as investigações, as grandes construtoras se associaram aos diretores da estatal e passaram a dar as cartas lá dentro. Executivos de empresas menores disseram a mesma coisa à **Folha**.

De acordo com eles, a Petrobras escolhia seus parceiros por meio de convite e chamava sempre os mesmos. Teria sido assim nas obras da refinaria Abreu e Lima e no Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

A primeira, em Pernambuco, começou com orçamento de US\$ 2,5 bilhões e vai custar cerca de US\$ 20 bilhões. A do Rio foi lançada com orçamento de US\$ 8,4 bilhões e já está em US\$ 36 bilhões.

DOAÇÕES

Os empreiteiros da Lava Jato estão entre os maiores financiadores de políticos do país. Na campanha deste ano, doaram pelo menos R\$ 207 milhões, segundo informaram à Justiça eleitoral. Teriam dado dinheiro por fora também. Segundo a PF, parte dos recursos desviados da Petrobras financiaram campanhas eleitorais.

Caso as suspeitas da PF se confirmem, as empresas envolvidas no esquema podem ser declaradas inidôneas, o que as impediria de fazer negócios com o setor público.

Além de atrapalhar os projetos da Petrobras, colocariam em risco também obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já que quase todas as empreiteiras pegadas na Lava Jato prestam serviços no programa.

Colaborou Alexandre Aragão, de São Paulo

15 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TODOS JUNTOS

Um dia antes da deflagração das prisões de dirigentes de empreiteiras, advogados de quatro delas se reuniram com representantes do Ministério Público em Curitiba. Tentavam chegar a um acordo prévio sobre a contribuição que as empresas poderiam dar às investigações. A conversa chegou a um impasse.

TODOS JUNTOS 2

Refratárias à delação premiada, as empreiteiras propuseram um acordo coletivo para que pudessem colaborar, todas juntas e ao mesmo tempo. O Ministério Público refutou. Acha que isso configuraria "cartel da delação".

TODOS JUNTOS 3

O MP pretende que cada uma das empresas assine um acordo individual de delação. Até agora, elas estão adotando uma estratégia conjunta, para evitar o que seria a "carnificina" de uma apontar o dedo para as irregularidades da outra.

TODOS JUNTOS 4

Estavam na reunião advogados da Camargo Corrêa, da Odebrechet, da UTC e da OAS.

PAINEL DO LEITOR

Carteirada

Segundo Graziela Colares (Painel do Leitor, 14/11), a Lei Orgânica da Magistratura prevê que nenhum juiz sofra intimidação de autoridade administrativa. O tal juiz sofreu "intimidação" ao ser flagrado sem documentos e num carro sem placas? O cumprimento do dever de qualquer agente do poder público pode ser julgado como "intimidação" pelos juízes? Estes devem receber tratamento especial em qualquer circunstância, tendo seu comportamento avaliado só pelos seus pares? Se assim for, não estamos num regime plenamente democrático, pois alguns são mais iguais do que os outros.

LUIZ CANDIDO BORGES (Rio de Janeiro, RJ)

15 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Relações pachorrentas

OSCAR VILHENA VIEIRA

**Não devemos desprezar
os embates que deverão
marcar o diálogo entre
o Congresso e o Supremo**

AO QUE tudo indica, as relações entre os poderes da República serão pachorrentas nos próximos anos. Isso não é necessariamente ruim.

Afinal, para que serve um sistema de separação de poderes, senão para que a “ambição” de um poder contribua para fiscalizar e contrabalançar o poder do outro, como diria James Madison —e, com isso, eventualmente qualificar a decisão pública que sobre todos recairá?

O fato é que o sistema adotado em 1988 é altamente consensual, ou seja, exige a concorrência das diversas esferas de poder para que uma decisão possa impactar a vida dos cidadãos.

Se a tensão entre o Legislativo e o Executivo é esperada, não devemos desprezar os embates que deverão marcar as relações entre o Congresso e o Supremo. Isso porque o resultado das eleições legislativas determinou uma composição bem mais conservadora ao parlamento do que aquela adquirida pelo STF após quase duas décadas de nomeações realizadas por presidentes, por assim dizer, progressistas.

Não custa lembrar que, nos últimos anos, embora o tribunal tenha se tornado muito proeminente, ele sobretudo convalidou avanços feitos pelo próprio legislador, ao declarar a constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, das ações afirmativas ou das pesquisas com células-tronco. Foi mais ativista, é verdade, ao estender aos casais do mesmo sexo o direito à união civil.

Difícilmente o Supremo conseguirá agir com a mesma desenvoltura

frente a uma legislatura mais conservadora. Basta verificar a agenda do Congresso que agora se inaugura. Deve-se intensificar o debate sobre o Estatuto do Nascituro, que busca interromper a flexibilização das hipóteses de aborto que vem sendo lentamente trilhada pelo Supremo.

No mesmo sentido, o Estatuto da Família pretende reverter a decisão do tribunal no caso da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Há, ainda, outros temas quentes, como a reforma da lei de patentes, que visa ampliar a proteção da propriedade intelectual no campo dos medicamentos, o que pode impactar negativamente as políticas de saúde convalidadas pelo Supremo.

Isso sem falar numa forte agenda de enrijecimento do direito criminal e redução da idade penal, que há muito vem sendo promovida por setores ligados à segurança.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, aguardam julgamento inúmeras ações em que Supremo e Congresso também se verão às turras.

Na ADPF 4966, o Partido Social Cristão ataca resolução do Conselho Nacional de Justiça que regula o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Na ADI 5115, a Confederação Nacional da Agricultura questiona a constitucionalidade de Portaria Interministerial que estabeleceu o cadastro de empregadores administrativamente condenados por manterem trabalhadores em condições análogas às de escravos. Por fim, na ADPF 320, o Ministério Público Federal demanda a anulação da Lei de Anistia, em fa-

ce de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nesse contexto, o Supremo irá desempenhar de maneira mais intensa uma função contramajoritária.

Para não sucumbir à refrega, necessita urgentemente qualificar seu processo deliberativo e ampliar a consistência de seus julgados. As únicas armas do tribunal, é sempre bom lembrar, são a integridade e a coerência de seus argumentos.

15 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça de SP obriga Estado e município a reconstruir vagina

Mulher tenta há dois anos cirurgia no SUS para corrigir corte vaginal que não cicatrizou após parto normal

Prefeitura de Registro diz que cumprirá decisão; procedimento é tido como 'mutilação feminina' pela OMS

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

O governo paulista e o município de Registro (188 km de São Paulo) serão obrigados, por decisão judicial, a custear a cirurgia de reconstrução vaginal de uma mulher que passou por episiotomia (corte na região genital) no momento do parto em um hospital público de Registro.

Ainda cabe recurso.

No Brasil, metade das mulheres que têm parto normal são submetidas ao procedimento, que já foi tido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como "mutilação genital feminina".

Lidiane, 31, sofreu a episiotomia há dois anos, no nascimento da segunda filha. O corte, que vai da vagina ao ânus, não cicatrizou corretamente e desde então ela convive com dor e infecções.

"Perdi a conta de quantos

antibióticos já tomei. Não consigo segurar peso nem mesmo a minha filha. Perco urina e fezes, não tenho mais relações sexuais com meu marido. Cada vez que vou ao banheiro, tenho que fazer limpeza com medicamento, passar pomada", relata.

Segundo ela, 15 dias após o parto, o médico que a atendeu no posto de saúde já havia sinalizado que seria necessária uma cirurgia de reconstrução vaginal.

Quando a bebê completou quatro meses, Lidiane iniciou sua peregrinação no SUS para conseguir o procedimento.

"Um médico me mandava para outro médico que mandava para outro. Só consegui

“Perdi a conta de quantos antibióticos já tomei. Não consigo segurar peso nem mesmo a minha filha. Perco urina e fezes, não tenho mais relações sexuais com meu marido. Minha vida está caótica”

fazer o exame de urodinâmica [teste que avalia distúrbios urinários] com a ajuda da Defensoria Pública.”

Nesse período, Lidiane também perdeu o emprego e viu seu casamento acabar. "Minha vida está caótica."

A ação judicial, com liminar concedida, foi ingressada pela Defensoria Pública de São Paulo. "O que choca é o descaso. Há dois anos que essa mulher passa por constrangimento e sofrimento", diz a defensora Rafaela Gasperazzo Barbosa.

A liminar, concedida pelo Tribunal de Justiça São Paulo, determina que a cirurgia seja feita em 20 dias. A ação pede indenizações por danos morais e pelo tempo em que Lidiane está sem trabalho.

OUTRO LADO

Em nota, a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Registro diz que cumprirá a decisão judicial e que Lidiane passará por consulta de na segunda (17).

Ressalta, no entanto, que os procedimentos de alta e média complexidade são de responsabilidade do Estado.

O governo paulista, por meio da sua Procuradoria, disse que o processo corre em segredo de Justiça, e que não poderia dar informação.

16 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Harmonia entre os Poderes

MICHEL TEMER

Quem comanda um Poder de Estado deve exercer suas funções com independência sem se afastar do convívio com os demais Poderes

Na relação institucional entre os Poderes do Estado, alardeia-se sempre o fundamento constitucional da independência entre eles. Há, porém, uma insistência reiterada em se esquecer da harmonia entre eles, essencial à boa governança e ao equilíbrio de forças no país.

Os Poderes, com efeito, são independentes entre si. Mas de que independência fala a Constituição? Da funcional, do exercício de suas funções e competências.

Não é sem razão que a Constituição estabeleceu competir à Câmara e ao Senado a privatividade de elaborar seu "regimento interno" e de "dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e com iniciativa da lei para fixação da respectiva remuneração" (art. 51, incisos 3º e 4º, e art. 52, incisos 12 e 13). Tudo para assegurar a sua independência ao exercitar as suas competências.

Mas independência não significa isolamento, não interação, nem oposição aos outros Poderes. Por isso, o constituinte estabeleceu, no mesmo patamar, o critério de "harmonia" entre os Poderes. Para que trabalhem em conjunto na busca do bem comum.

Para bem entender essa questão é preciso lidar com conceitos. A regra número um é a de que o Poder é uma unidade. Não existem três Poderes do Estado. Existe apenas "Um", cujo titular é o povo. Nesse sentido, devemos entender a teoria da separação dos Poderes, nas lições de Montesquieu (1689-1755).

Montesquieu observou o panorama do Estado absolutista e verificou que o soberano exercia três funções distintas: legislava, executava e julgava. Concentrava o poder. A

partir dessa constatação, e em busca dos direitos individuais, propôs que esse poder se desconcentrasse e fosse entregue ao povo, e seu exercício se desse por órgãos distintos. Daí nasceu o Estado de Direito que nas democracias subsiste até hoje.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto já discorreu sobre o significado da palavra poder no texto constitucional. Todo poder emana do povo. Aí a palavra tem significado de soberania. Ou seja: o poder incontestável de mando é do povo. Quando o constituinte disse "são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário", quis significar "órgãos" para exercer o poder em nome do povo.

Quando mais adiante registra: "o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional"; "o Poder Executivo pelo presidente da República" etc., quis dizer que a "função" legislativa e a "função" executiva são exercidas por aqueles órgãos.

Como o povo não pode reunir-se em praça pública para deliberar foram criados órgãos para desempenhar essas funções. Esse é o significado da separação dos Poderes. Por isso, a harmonia é indispensável: trabalharão juntos para satisfazerem as aspirações do único dono do poder.

Essas considerações não suprimem o papel da oposição. Quem não venceu as eleições tem o dever de criticar e fiscalizar. Ajuda a governar, portanto. Esse é o conceito jurídico-democrático de oposição.

Equivocada é a visão de que, ao perder, um partido deve opor-se sistematicamente, não importando se determinado ato da situação pode beneficiar o povo. Isso ocorre na área federal, nos Estados e municípios.

São trivialidades conceituais, mas quando vejo colocarem a independência acima da harmonia como se

fossem Poderes individualizados, e não desdobramento funcional do único Poder soberano existente no Estado, impõe-se o alerta.

A harmonia é determinação nascida da soberania popular e toda vez que os Poderes se desarmonizam ao fundamento da independência, o que se verifica é uma inconstitucionalidade, indesejável jurídica e politicamente.

Quem comanda um Poder de Estado deve, portanto, exercer suas funções com independência sem jamais se afastar do equilíbrio proporcionado pela harmônica convivência entre eles.

Repito o óbvio para restabelecer a compreensão de certos conceitos essenciais ao bom funcionamento de nossa democracia.

MICHEL TEMER, 74, é vice-presidente da República e presidente nacional do PMDB

16 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção profunda

Investigadores fazem sua parte no caso da Petrobras, mas governo, estatal e Congresso mantêm inércia próxima da conivência

As atitudes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e dos magistrados que supervisionam as investigações sobre desvios bilionários na Petrobras sugerem que o país está à beira de conhecer o cerne da corrupção política.

É o que se depreende da ação feita para prender 25 pessoas, entre as quais presidentes das maiores empresas do Brasil, e levar outras nove a prestar depoimentos de forma compulsória em delegacias.

Depreende-se, pois as provas conhecidas são ainda escassas, não há acusação formal nem processo instaurado, que dirá condenações.

Mesmo assim, dadas as evidências publicadas e algumas confissões substanciais, há esperança de que se aproxime um momento decisivo de desmonte de um sistema central de pilhagem envolvendo partidos e governo, além de grandes empresas que defraudam estatais por meio de conluíus.

Causa desalento, por outro lado, a atitude do governo, da própria Petrobras, do Congresso e da chamada base aliada. Passaram-se oito meses desde que começou a Operação Lava Jato. A presidente Dilma Rousseff (PT) limitou-se a ressaltar que não foi empecilho às investigações. Nem poderia sê-lo, pois cometeria crime.

Duas CPIs de quase nada serviram, enquanto a direção da Petrobras só no mês passado contratou escritórios de advocacia a fim de auxiliar as apurações.

No mais, pouco se sabe do que a direção da estatal fez para elucidar crimes cometidos sob seu teto, ou como foi possível que tais fraudes passassem despercebidas por tantos anos. A cúpula da maior empresa do Brasil é inepta ou cúmplice.

Como se não bastasse, um dia antes da deflagração da sétima fase da Lava Jato, a estatal foi submetida à humilhação de ver recusadas as suas demonstrações financeiras, pois o auditor desconfia que tais documentos possam estar criminosamente errados.

Pelo que já se sabe, figuras de proa dos partidos governistas não se pejaram de saquear a Petrobras mesmo quando seus próceres eram condenados no processo do mensalão. Ao que tudo indica, comportaram-se como bandidos de rua, que mudam seus pontos de tráfico quando são acossados pela polícia em sua base de operações.

Os dirigentes partidários em tese inocentes jamais se deram ao trabalho de expurgar os chefes do tráfico de influência e dinheiro destinado a bancar ilegalmente campanhas e adquirir apoio político. No mínimo, permitiram que suas siglas permanecessem casas de tolerância da corrupção.

Governo, Petrobras, Congresso e líderes políticos ainda demonstram uma inércia próxima da conivência. Isso precisa acabar.

16 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

USP terá que cortar 1.972 salários para cumprir decisão do Supremo

Servidores ganham mais que o governador,
mostra lista de remunerações obtida pela Folha

Tribunal determinou corte de benefícios obtidos antes de 2003; 'não há vencimento de marajá', afirma reitor

MARIO CESAR CARVALHO
FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

Uma decisão de outubro do STF (Supremo Tribunal Federal) obrigará a USP a reduzir o salário de 1.972 professores e funcionários que ganham mais que os R\$ 20,7 mil mensais do governador de SP.

Entre eles há casos como o de um professor aposentado que possui vencimento bruto mensal de R\$ 60 mil e de uma funcionária do serviço de protocolo cujo salário está na casa dos R\$ 30 mil.

As informações sobre os servidores constam da folha de pagamento da universidade a que a **Folha** teve acesso após decisão judicial. A lista está no site folha.com/143181.

Situações como a desses funcionários passam a ser regidas por novo entendimento do Supremo sobre teto salarial de servidores públicos.

O STF determinou que devem ser incluídos no cálculo

benefícios pessoais conquistados antes de 2003, quando o limite foi regulamentado por emenda à Constituição.

Até a decisão de outubro, esses benefícios não eram considerados para o teto.

Cinco ministros do Supremo confirmaram à **Folha** que a USP terá de cortar os salários para se adequar. Segundo a reitoria, 7% dos servidores têm salário bruto acima do teto e ainda não estão enquadrados na nova regra.

PROCESSO

A **Folha** entrou na Justiça para ter acesso à folha de pagamento porque a USP não divulgava os dados, como prevê a Lei de Acesso à Informação, de 2012 —ela fixa que órgãos do Estado divulguem os salários dos servidores.

O reitor Marco Antonio Zago disse à reportagem que, a partir desta segunda (17), os salários passam a ser divulgados no portal da universidade. “Não é nossa política esconder informações. Não há vencimento de marajá.”

Desde 2013, a USP corta parte dos ganhos acima do limite, com base no entendimento anterior do STF. Se a nova regra do teto já fosse

aplicada, a economia seria de R\$ 7 milhões ao mês. “Não iria salvar a USP”, diz Zago.

A lista de salários revela distorção que, para o reitor, é mais preocupante: a elite dos técnicos-administrativos, dos quais se exige nível universitário, ganha em média R\$ 22,1 mil, quase o mesmo que os R\$ 23,2 mil dos docentes titulares (máximo da carreira).

O avanço de gastos com funcionários pôs a USP numa crise: os salários consomem 106% do orçamento de R\$ 5 bilhões. Diante do desestímulo ao professor, o reitor diz que pensaria duas vezes se tivesse de entrar na USP hoje.

16 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

A vez dos políticos

Uma das mais aguardadas etapas da Operação Lava Jato depois que a apuração atingiu as empreiteiras, a lista de quantas e quais são as autoridades com foro privilegiado envolvidas no escândalo ainda deve demorar. As denúncias ao Supremo Tribunal Federal só devem ser feitas depois que todos os investigados que optarem pela delação premiada falarem. Só então o Ministério Público Federal vai fechar a relação de quais os políticos sobre os quais há indícios consistentes de envolvimento.

O QUE ELE DISSE

**RICARDO
LEWANDOWSKI**

*Nenhum
magistrado é
DEUS, eles são
homens comuns
e devem respeitar
a Constituição*

*presidente do STF, ao
comentar o caso da agente
de trânsito condenada por
ter supostamente dito a um
magistrado, em uma blitz da
Lei Seca, que 'juiz não é Deus'*

17 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

O ônus da violência

Homicídios não só destroem famílias e levam ansiedade à população mas também causam prejuízos bilionários à economia e ao país

Um engano frequente entre estrangeiros que visitam o Brasil está em confundir com mansidão a proverbial cordialidade dos nacionais. Um país com índice de homicídios no patamar de 25,2 casos por grupo de 100 mil habitantes só pode ser classificado como violento — e paga caro por isso.

Surge agora uma cifra para emprestar a objetividade fria dos números ao descalabro no setor de segurança: R\$ 258 bilhões, ou 5,4% do PIB brasileiro. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, tal é o custo imposto à nação pelos mais de 50 mil assassinatos praticados a cada ano.

A maior fatia do ônus, R\$ 114 bilhões, corresponde à perda de capital humano. As vítimas mais comuns de homicídios são jovens, cuja vida produtiva se vê interrompida logo ao começar, com consequências financeiras graves para os familiares remanescentes.

No cômputo da parcela complementar entram gastos com segurança privada, seguros, sistema hospitalar, prisões e investimentos nas corporações policiais.

Considerados só os investimentos governamentais na área, aplica-se 1,26% do PIB brasileiro. Um percentual semelhante ao despendido nos EUA (1%) e na União Eu-

ropeia (1,3%), que no entanto ostentam taxas de homicídio muito mais baixas, respectivamente 4,7 e 1,1 casos por 100 mil habitantes.

A conclusão parece inescapável: nosso gasto é ineficiente. Na América do Sul, o Chile destina 0,8% do PIB e tem taxa de 3,1 por 100 mil.

Suscita ainda mais consternação verificar que, no ano passado, 2.212 mortes se deram pelas mãos de policiais. No último quinquênio, conforme o anuário, houve 11.197 vítimas da letalidade das forças de segurança, mais do que mataram em três décadas todas as polícias dos Estados Unidos, com população 60% maior.

Não há como se orgulhar desses indicadores. Nem mesmo quando se observam as diferenças entre as realidades do crime aqui e lá e a violência epidêmica em redutos brasileiros do crime organizado.

Só uma sociedade acossada por décadas de insegurança permite vicejar em seu meio a noção distorcida de que a eficácia policial possa ser mensurada pela quantidade de suspeitos que mata, e não pelo número de investigações que levam à correta identificação dos autores e à condenação pela Justiça.

Nesses quesitos, nossos indicadores são indecentes de tão baixos. E todos pagamos por eles — em vidas, ansiedade e, agora se sabe, centenas de bilhões que teriam muito melhor emprego como investimentos em saúde e educação, cruciais para o desenvolvimento do país pelo que lhe acrescentam, e não pelo que subtraem.

17 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Presos começam a depor; Justiça nega 6 pedidos de habeas corpus

DO ENVIADO A CURITIBA
DE BRASÍLIA

Os presos da Operação Lava Jato prestaram depoimentos e fizeram exame de corpo de delito neste domingo (16).

Todos os 23 detidos foram levados ao IML (Instituto Médico Legal) do Paraná para realização do exame, que faz parte da rotina policial e é feito toda vez que detidos ingressam em uma prisão. O objetivo é registrar as condições físicas dos presos no momento da entrada no cárcere.

Um dos detidos a prestar depoimento no domingo foi o executivo Newton Prado Júnior, da empresa Engevix.

Os testemunhos continuam até terça-feira (18), quando termina o prazo das prisões temporárias. Seis dos acusados estão sob regime de prisão preventiva, que não tem limite de duração.

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) já negou seis pedidos de habeas corpus para a soltura de 11 funcionários de OAS, Camargo Corrêa e Engevix.

O entendimento da desembargadora plantonista Maria de Fátima Freitas Labarrère é que há indícios de participação nos crimes investigados e de possibilidade de atrapalharem as investigações, o que justificaria as prisões.

A defesa dos executivos da OAS recorreu neste domingo (16) ao Superior Tribunal de Justiça pelas libertações.

15 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO Empreiteiras afirmam que colaboram com a Justiça

Advogados de ao menos duas das companhias
questionam necessidade de prender executivos

*Circe Bonatelli
Mateus Coutinho*

Todas as nove empresas alvo da Operação Lava Jato informaram ontem que estão colaborando com as investigações que apuram desvios em contratos com a Petrobrás. Advogados de duas delas questionaram as motivações das prisões. Uma das companhias colocadas sob suspeita criticou as “ações coercitivas” da Polícia Federal.

Em comunicado, a Odebrecht afirmou que a equipe de policiais obteve “todo auxílio” para acessar qualquer documento ou informação buscada ontem. “A Odebrecht reafirma que está inteiramente à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos sempre que necessário”, ressaltou a empreiteira no comunicado.

A OAS informou, por meio de nota, que foram prestados todos os esclarecimentos solicitados e dado acesso a informações e documentos requeridos na blitz.

A Construtora Camargo Corrêa ressaltou, também em nota, que repudia as ações coercitivas, justificando que a empresa e seus executivos “desde o início se colocaram à disposição das autoridades e vêm colaborando com os esclarecimento dos fatos”.

Na mesma linha, a Mendes

Júnior explicou, por escrito, que está colaborando com as investigações da PF e “contribuindo para o acesso às informações solicitadas”.

Em nota, a Queiroz Galvão informou que suas atividades e seus contratos seguem rigorosamente a legislação em vigor e que a empresa está à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

A Galvão Engenharia mencionou em nota à imprensa que tem colaborado com todas as investigações e está permanentemente à disposição das autoridades. Na mesma linha, a UTC disse que colabora desde o início das investigações e continuará à disposição das autoridades para prestar informações.

‘Absurdas e genéricas’. O criminalista Fábio Semantob Tofic, que representa a Engevix, adotou um tom mais crítico às prisões e chamou de “presunções absurdas e genéricas” os motivos da ordem de prisão dos executivos. “Coloca-se todos os investigados na mesma vala comum, sem especificar a situação de cada qual”, afirmou.

Para Tofic, se as empresas quisessem obstruir as investigações, elas já teriam feito isso nos últimos seis ou sete meses. “É uma investigação pública e não se apresenta um único ele-

mento que tenha contribuído para atrapalhar essa apuração”, argumentou o advogado.

Também crítico das motivações das prisões, o criminalista Mário de Oliveira Filho, que defende a Iesa, declarou que há meses a empresa entregou cópias de contratos firmados com a Costa Global, controlada pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, acusado de participar do esquema de propinas.

A Justiça decretou a prisão de Valdir Carrero, presidente da Iesa, mas ele não foi localizado pelos federais. Ainda assim, os agentes fizeram buscas e recolheram documentos na residência do executivo.

O advogado destaca que a ordem de prisão contra os executivos da Iesa foi decretada “depois que o ex-diretor declarou que os contratos com a estatal petrolífera eram frios”, o que não seria suficiente como “argumentação de decretação de prisão temporária”, na avaliação de Oliveira Filho. Para o criminalista, “estão misturando tudo”.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Prisão é ilegal, diz defesa de ex-diretor

15 NOV 2014

Antonio Pita / RIO

A defesa do ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque afirma “desconhecer acusações” e classifica a prisão de “constrangimento ilegal”. O advogado Alexandre Lopes ressalta que Duque está colaborando com as investigações, razão pela qual a medida é “injustificada”.

Funcionários de carreira, Duque chegou à direção da estatal em 2003 por indicação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O ex-diretor deu aval a pelo menos 12 contratos que liberaram R\$6,6 bilhões para obras da Refinaria de Abreu e Lima, um dos principais alvos de investigações da Operação Lava Jato.

Nos depoimentos da delação premiada, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa acusou o colega de recolher entre 1% e 3% do total de contratos negociados, envolvendo também outras obras, como Comperj, complexo petroquímico do Rio. Os recursos eram desviados via empresas de fachada, que emitiam notas fiscais falsas de serviços de consultoria financeira. Outras testemunhas dizem que Duque intermediou propinas de até R\$ 60 milhões com fornecedores.

Após deixar a companhia, ele abriu uma empresa de consultoria no setor de energia e óleo e gás, citada no relatório do Ministério Público Federal que embasou as buscas e apreensões de ontem. Pela manhã, no escritório, localizado no centro do Rio, ninguém apareceu para trabalhar.

De perfil discreto na frente dos holofotes, mas ativo nos bastidores, Duque trabalhava diretamente com Costa e Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional. Ele foi um dos primeiros a sair da estatal após a chegada de Graça Foster ao comando da empresa, em 2012.

Naquele ano, os ex-diretores hoje acusados de integrar o esquema de propinas na Petrobrás deixaram seus cargos.

CONTINUA

15 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Juiz cita presidente e Aécio e 'cobra resposta institucional'

No despacho em que decretou prisões, Sérgio Moro lembra que petista e tucano elogiaram a Operação Lava Jato

No despacho no qual decretou a prisão ontem de grandes empreiteiros, o juiz federal Sérgio Moro, que comanda a Operação Lava Jato, citou declarações da presidente reeleita, Dilma Rousseff, e de seu adversário na eleição de outubro, o senador Aécio Neves (PSDB). "Apesar de adversários políticos na recente eleição presidencial, ambos, em consenso, afirmaram a necessidade do prosseguimento do processo (*da Lava Jato*) e a importância dele para o quadro institucional", escreveu o magistrado, num trecho em que ele faz uma "reflexão", segundo suas palavras, sobre o atual contexto político do Brasil.

Moro começa essa "reflexão" dizendo, no despacho, que a Lava Jato "é fruto de um competente trabalho de investigação e de persecução da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, tem recebido grande atenção da sociedade civil, inclusive com intensa exposição na mídia." O juiz argumenta ainda que "a magnitude dos fatos tem motivado inclusive manifestações das mais altas autoridades do País a seu respeito". A partir daí ele passa a citar a petista e o tucano.

Oportunidade. "Chamaram a atenção deste Juízo recentes declarações sobre a Lava Jato da Exma. Sra. presidente da República, Dilma Rousseff, e do Exmo. Sr. Senador da República Aécio Neves", escreve Moro. "Reclamou o Exmo. Sr. Senador, em pronunciamento na Câmara Alta, pelo 'aprofundamento das investigações e exemplares punições àqueles que protagonizaram o maior escândalo de corrupção da história deste País'.

Quanto à Exma. Sra. Presidente, declarou, em entrevista a jornal, que as investigações da Operação Lava Jato criaram uma 'oportunidade' para coibir a impunidade no país", completa.

Para Moro, "evidentemente, cabe ao Judiciário aplicar as leis de forma imparcial e independentemente de apelos políticos em qualquer sentido". O magistrado ressalta, porém, que é preciso ir além e melhorar as instituições. "Os apelos provenientes de duas das mais altas autoridades políticas do País e que se encontram em campos políticos opostos confirmam a necessidade de uma resposta institucional imediata para coibir a continuidade do ciclo delitivo descoberto pelas investigações, tornando inevitável o remédio amargo, ou seja, a prisão cautelar", escreve Moro.

/FAUSTO MACEDO e RICARDO BRANDT

As Autoridades políticas!
"Apelos das duas das mais altas autoridades políticas do País (...) confirmam a necessidade de uma resposta institucional imediata"

Sérgio Moro
JUIZ FEDERAL



CONTINUA

15 NOV 2014

CLAUDIO WEBER ABRAMO

Um sistema que protege corruptos e corruptores

Na hipótese de os executivos das diversas empresas envolvidas no caso do “petrolão” forem de fato processados e, nesses processos, serem condenados, as empresas não serão punidas. A época em que os fatos aconteceram, não existia na legislação brasileira previsão de punição de pessoas jurídicas por atos de corrupção praticados por seus representantes.

Tomando-se um caso hipotético, mesmo que toda a direção de uma empresa tivesse participado ativamente do planejamento e operação de um propinoduto cujo objetivo não poderia ser outro senão beneficiar os negócios dessa empresa (ou seja, seus controladores e acionistas), apenas as pessoas físicas eram puníveis. A empresa passava em branco.

Essa situação jurídica só mudou com a sanção, em 2013, da Lei 12.846, em vigor desde o início de 2014. Como essa lei é posterior aos fatos levantados na Operação Lava Jato, não poderá ser aplicada para punir as pessoas jurídicas envolvidas.

No caso do “petrolão”, nem mesmo as punições administrativas previstas na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93) seriam aplicáveis, pois a Petrobrás conta com um esdrúxulo regulamento próprio para suas contratações, inventado durante o governo FHC.

Justificado com os habituais argumentos de propiciar maior eficiência aos negócios da estatal, tal regulamento é um verdadeiro modelo daquilo que não se deve fazer quando se escreve uma regulamentação para licitações: confere enorme poder discricionário aos funcionários da empresa e torna praticamente impossível contestar suas decisões.

Isso, aliado ao loteamento político das funções administrativas da estatal, fornece o caldo de cultura ideal para a corrupção: agentes públicos que manipulam dinheiro à vontade e só respondem a interesses exclusivamente partidários.

É claro que, nessa situação, tais agentes venderão favores para empresas fornecedoras, enriquecendo a si próprios, a seus mandantes (os partidos) e às empresas que pagam as propinas, as quais em troca ganham de mão beijada contratos que, de outra forma, teriam de batalhar muito mais para conquistar.

Considerando-se todas as circunstâncias apontadas há anos por quem acompanha o assunto, é de surpreender que tenha demorado tanto tempo para o “petrolão” vir à luz.



Mulheres e violência sexual

Você consegue imaginar um país em que as mulheres ganham mais do que os homens? Sim, ele existe e aparentemente é único no mundo: a Dinamarca. De acordo com reportagem do UOL da semana passada, essa é a conclusão do relatório *Diferenças Globais entre Gêneros-2014*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que avaliou 142 nações.

O salário médio das dinamarquesas supera em 3% os vencimentos dos homens. Em seguida vem a Austrália, onde as mulheres ganham menos do que os homens – em média, seu salário equivale a 96% do deles. E nós? O Brasil está na 69.^a posição, com o salário feminino alcançando, em média, 59% do masculino. Que diferença! O número não surgiu à toa. A Dinamarca investe pesado na discussão das questões de gênero desde os primeiros passos das crianças na escola, isso já há décadas.

Aqui, infelizmente, estamos a anos-luz dessa situação. Além da defasagem salarial das mulheres, outros números revelados pelo **Estado** na semana passada escancaram outra faceta perversa da questão do gênero: a violência sexual. Dados do 8.^o *Anuário Nacional de Segurança Pública* mostram que o número de mulheres vítimas de estupro no Brasil pode ter alcançado 143 mil em 2013. Um estupro a cada quatro minutos. O número é uma projeção, uma vez que foram registrados, de fato, 50.320 casos e as estimativas dos especialistas são de que 35% dos episódios sejam oficialmente relatados.

De um lado, a cultura machista, o

O absurdo dos casos de abuso e violência não é isolado da Medicina nem da USP

sexismo, a dificuldade do homem de lidar com a nova mulher, a visão distorcida de que ela é posse masculina e a impunidade e, do outro, o medo e a vergonha das vítimas acabam dando combustível para que essa violência continue a ameaçar as mulheres.

No mesmo campo das questões de gênero, também semana passada, o Ministério das Relações Exteriores, segundo a *BBC Brasil*, confirmou ter dados

suficientes para negar visto de permanência no País ao suíço Julien Blanc. O caso ganhou escala quando o site Avaaz lançou uma petição pública pedindo uma ação das autoridades brasileiras em relação ao assunto, que ganhou quase 350 mil assinaturas. Blanc é uma espécie de instrutor de uma empresa americana que ensina técnicas machistas de intimidação e humilhação para os homens solteiros “conquistarem” uma mulher. Quatro palestras estavam agendadas, em janeiro de 2015, em Florianópolis e Rio, à bagatela de US\$ 2.500 – mais de R\$ 6 mil – por pessoa.

A ideia, segundo Blanc, é baixar a autoestima feminina, gerar medo e até forçar a barra para se alcançar o objetivo. Fico aqui pensando que, pior do que existir o método e os instrutores, é imaginar que há público para essa atrocidade. O suíço já teve o visto negado na Austrália e no Reino Unido.

Medicina e vergonha. Também na semana passada, alunas da Universidade de São Paulo (USP) denunciaram em audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp) casos de abuso e violência sexual (até mesmo estupro) na Faculdade de Medicina. Um inquérito aberto pelo Ministério Público Estadual (MPE) investiga agressão e discriminação a mulheres e homossexuais. As vítimas afirmam que estariam acontecendo também tentativas da direção da faculdade de ocultar os casos para preservar a imagem da instituição.

O absurdo não é isolado da Medicina nem da USP. Nos últimos anos, tem se repetido em diversos cursos e universidades brasileiras. É muito grave que essa violência aconteça justamente com quem está sendo formado para cuidar de pessoas e salvar vidas. É imperativo que as investigações avancem, que culpados sejam punidos e, mais, que se faça com alunos, desde o momento do trote, um trabalho profundo de respeito aos direitos humanos, de tolerância e de compromisso ético e profissional.



16 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Os tentáculos do PCC

Tanto a expansão e a diversificação das atividades do Primeiro Comando da Capital (PCC) como as suas ligações com outros grupos criminosos no Brasil e no exterior mostram que o perigo constituído por essa organização cresce sem cessar. Desde 2006, quando aterrorizou São Paulo com uma série de ataques contra a própria polícia, o PCC vem assustando a população com a sua audácia, que não parece ter limites. Mas o seu poder, como atestam as mais recentes investigações policiais, é ainda maior do que se poderia imaginar há oito anos.

Pela primeira vez, a ligação que se suspeitava existir entre o PCC e a máfia foi confirmada por meio de denúncia do Ministério Público Federal (MPF) apresentada à Justiça no fim do mês passado. Como mostrou o *Estado*, o PCC se associou à N'Drangheta, o mais atuante dos quatro ramos da máfia italiana, que opera a partir da Calábria, para levar cocaína da Bolívia para Itália, Espanha e Holanda pelo Porto de Santos. Do lado brasileiro, havia 34 pessoas envolvidas no embarque da droga.

Muito mais importante que a operação que resultou na apreensão de 56 quilos de cocaína e na prisão de bandidos nela diretamente envolvidos com € 230 mil foram as investigações da Polícia Federal (PF) – nas quais se baseou o MPF para sua denúncia – que permitiram des-

ventar a ligação entre as organizações, por meio da interceptação de mensagens trocadas entre seus integrantes.

A cooperação entre a PF e os serviços policiais especializados no combate às drogas da Itália e dos Estados Unidos, que têm maior experiência nessa área, foi fundamental para o êxito das investigações. Ela permitiu também identificar a empresa offshore, com sede no Uruguai, que era usada pelo PCC e a N'Drangheta para movimentar o dinheiro do negócio criminoso.

Poucos dias depois, outra reportagem, desta vez do jornal *O Globo*, apontou uma ligação criminosa ainda mais grave e preocupante do PCC, também revelada por investigações da PF, que contaram de novo com a colaboração dos Estados Unidos. O PCC e o Hezbollah, facção política e militar radical que atua no Líbano, se associaram para uma troca de favores. O PCC protege traficantes de origem libanesa presos no Brasil e ligados ao Hezbollah e este lhe paga com armas e explosivos contrabandeados.

Embora só desvendado agora, o acordo que permite esse intercâmbio criminoso começou a ser montado em 2006. Segundo a PF, os contatos internacionais dos traficantes libaneses “têm atendido aos interesses” do PCC, que por sua vez “viabiliza uma situação favorável aos estrangeiros dentro do sistema prisional, além de assegurar algum lucro com negociações mesmo enquanto

estão presos”.

Seria ingenuidade pensar que armas e explosivos fornecidos pelo Hezbollah, nesses termos, são iguais aos demais. Não são. O risco é muito grande de o PCC, nessa operação, trazer para o Brasil – tenha ou não consciência disso, pouco importa – mais do que esse arsenal, pois ela envolve tráfico de drogas cujos lucros podem financiar ações terroristas.

Internamente, o PCC também continua a crescer e investir em negócios os mais variados. Ele já deixou de ser apenas paulista, se “nacionalizou”, pois está presente em 22 Estados. Foi-se o tempo em que vivia de contribuições de seus associados, fruto de ações criminosas acanhadas, dentro e fora dos presídios. O tráfico de drogas, com o qual fatura R\$ 120 milhões por ano, segundo trabalho feito pelo Ministério Público de São Paulo, já é uma das suas principais fonte de renda.

O Ministério Público também acaba de denunciar à Justiça duas pessoas ligadas ao PCC acusadas de utilizar vans que integram o serviço de ônibus de São Paulo para lavar dinheiro obtido com o tráfico. Uma ligação que há muito se suspeitava existir e que agora começa a ser comprovada.

Os tentáculos do PCC, aqui e lá fora, constituem um desafio considerável para o qual as autoridades – tanto federais como estaduais, em especial as de São Paulo, que é sua base principal – ainda não encontram uma resposta à altura.

16 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Respiro

Para tentar agilizar o andamento de processos, o TJ-SP lança, amanhã, projeto-piloto batizado de... Cartório do Futuro, dentro do Fórum João Mendes. Com direito a reengenharia digital, vai economizar 20% do espaço físico.

17 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Medicina violenta

Considerada a melhor do gênero no País e com prestígio internacional, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) está envolvida em graves denúncias de violência sexual e agressão a mulheres. O Ministério Público Estadual (MPE) menciona a ocorrência de oito estupros nos últimos anos. A situação dentro da faculdade é tão difícil para as alunas, por causa da continuidade dos abusos e de sua impunidade, que algumas sentiram a necessidade de criar um grupo – o Coletivo Feminista Geni – para se protegerem da violência praticada desde o trote e que se perpetua ao longo do curso, sobretudo nas festas. É lamentável que tudo isso esteja ocorrendo em um ambiente no qual se formam pessoas que passarão a vida cuidando de pessoas. Não se pode tolerar esse tipo de comportamento criminoso.

A gravidade das denúncias levou a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) a realizar uma audiência pública, na qual duas alunas da FMUSP relataram estupros sofridos em 2011 e 2013 em festas promovidas por alunos da “Pinheiros”, nome pelo qual é conhecida a FMUSP em razão da sua localização. Uma das estudantes, de 24 anos e atualmente no 4.º ano da faculdade, afirmou ter sofrido dois estupros ao longo de 2011 em festas organizadas pelo Centro Acadêmico Oswal-

do Cruz. Segundo a aluna, que integra o Coletivo Feminista Geni, um dos episódios aconteceu na semana de integração de calouros. No fim da festa, ela foi abordada por um rapaz que a levou para uma sala de materiais, escura. “Ele começou a me agarrar, a tentar me beijar”, relatou. O segundo aconteceu numa festa também organizada dentro de uma área de propriedade da USP.

Outra aluna do grupo Geni relatou a forma como os trotes são feitos. “Eles separam as meninas dos meninos, colocam elas sentadas no chão e formam uma roda em volta, em pé.” Em seguida, os rapazes – na maioria, veteranos – entoam um hino que contém apologia ao estupro. “Muitas delas falam que ficam com muito medo”, disse a estudante.

Ao relatarem os casos, as alunas se referiram à existência de um pacto de silêncio. Garantiram que nenhum dos casos havia sido apurado e que, ao fazer as denúncias, sofreram perseguição de outros alunos. De acordo com os estudantes de Medicina ouvidos na audiência pública, a violência sexual é “internalizada” na cultura da FMUSP logo no primeiro ano.

Na audiência realizada na Assembleia, pela primeira vez as alunas se dispuseram a falar sobre os episódios em público. Antes, os relatos sobre os casos eram feitos apenas em particular, para amigos ou familiares. Diante dessas denúncias, foi instaurado inquérito pelo MPE, que solicitou à FMUSP

informações sobre os trotes violentos e a violação de direitos humanos nas festas.

É inaceitável que situações como essas existam numa instituição do renome e da tradição da FMUSP. Tais atos são crimes e tolerá-los – como se fossem algo de menor importância, porque praticados num clima universitário onde as regras não seriam tão “rígidas” – equivale à cumplicidade. E esta exige punição exemplar. A mentalidade de que a preservação da imagem de uma instituição aconselharia “prudência” ou silêncio é – não há outra palavra – criminosa, pois o ambiente de impunidade é propício à perpetuação desses atos. Prestígio se constrói com competência e transparência, não com silêncios cúmplices.

Infelizmente, não é de hoje, nem está restrito à Faculdade de Medicina da USP, esse tipo de comportamento e de mentalidade que desrespeita e agride as mulheres. É hora de repensar a educação no âmbito tanto das famílias como das escolas e das universidades. Não é hora de contemporizar.

Violência sexual é crime, quer seja entre desconhecidos, quer seja entre colegas de uma faculdade. Minimizar a sua gravidade, aconselhar silêncio, fingir que foi simplesmente uma atitude “que passou um pouco dos limites” – e por isso não exige punição – são atitudes condenáveis. Inaceitáveis em qualquer tempo e em qualquer lugar, mas muito especialmente numa faculdade de medicina.

17 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça nega habeas corpus a 11 executivos

Em decisão, desembargadora de tribunal federal alega risco de retomada de atividades criminosas e cita tentativa de suborno de testemunhas

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

Fausto Macedo

A desembargadora Maria de Fátima Freitas Laberrère, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região negou 11 pedidos de habeas corpus para soltar os executivos das maiores construtoras do País, presos na sétima fase da Operação Lava Jato, deflagrada na sexta-feira e batizada de Juízo Final. Sua decisão levou em conta os “danos bilionários” ao povo brasileiro e à União, “grande parte do esquema criminoso ainda encoberto” e riscos de destruição de provas.

Foram decretadas 25 prisões que miraram especificamente o núcleo empresarial do esquema, o elo do PT na Diretoria de Engenharia, Renato Duque, e o operador do PMDB, Fernando Antonio Falcão Soares, o Fernando Baiano. Dois desses 25 continuam foragidos. Um deles é o operador do PMDB, que informou via defesa que não vai se entregar à Polícia Federal, e o outro é Adarico Negromonte Filho, o Maringá, irmão do ex-ministro de Cidades Mário Negromonte.

Os advogados de 11 executivos entraram com pedidos de soltura dos presos alegando falta de argumentos para manutenção de prisões temporárias e preventivas. Todos tiveram seus argumentos negados.

“É patente a necessidade de acautelamento do meio social, evitando-se a retomada das atividades criminosas”, afirmou a desembargadora. Ela transcreveu ainda parte da decisão de prisão: “Tomando-se os valores milionários ou bilionários desses contratos, os danos sofridos pela empresa estatal, cujo

acionista majoritário é a União e, em última análise, o povo brasileiro, atingem milhões ou até bilhões de reais. Os depósitos identificados nas contas controladas por Alberto Youssef, ele mesmo vultuosos, na casa dos milhões de reais, representam uma fração de um esquema, segundo os criminosos colaboradores, muito maior”, registra a magistrada. “Grande parte do esquema criminoso permanece ainda encoberto.”

Nos pedidos, os advogados alegam que os empresários se colocaram à disposição da polícia e que não ofereciam risco nem de fugir nem de atrapalhar nas apurações.

Suborno. A juíza sustenta ainda sua decisão o fato de uma das empreiteiras ter tentado subornar uma das testemunhas do processo. “Segundo informações prestadas pela autoridade policial e destacadas pelo juízo impetrado, emissários das empreiteiras tentaram cooptar, por dinheiro ou ameaça velada, uma das testemunhas do processo, o que desvela de forma concreta a necessidade da medida.”

“Se as empreiteiras, ainda em fase inicial da investigação, não se sentiram constrangidas em apresentar documentos falsos ao Judiciário, forçoso reconhecer que a integralidade das provas e do restante da instrução encontram-se em risco sem uma contra medida”, escreveu a desembargadora.

Na terça-feira vence o prazo da prisão temporária, concedida pelo juiz federal Sérgio Moro, na etapa batizada de Juízo Final, que mirou o núcleo empresarial do esquema e nomes ligados ao PT e ao PMDB.

Além de Renato Duque, indicado para o cargo pelo PT, foi decretada a prisão do operador peemedebista Fernando Baiano, que fugiu. Ele é um dos alvos centrais da nova etapa da Operação Lava Jato que também investiga nomes ligados ao PP e o PMDB.

Balanco de mandados

25

prisões decretadas, sendo:

19

prisões temporárias e

6

prisões preventivas

2

são procurados: Adarico Negromonte Filho, subordinado a um dos operadores do esquema de corrupção na Petrobrás, Alberto Youssef. O irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte foi citado como um dos responsáveis por transporte de dinheiro e por saques para pagamento de propinas. O outro procurado é Fernando Soares, o Baiano, apontado como operador do PMDB.

O ESTADO DE S. PAULO

Direito cresce em faculdade de capital aberto

17 NOV 2014

Edgar Maciel

Os cursos de Direito no Brasil passaram por um alto crescimento na década de 1990. Existem hoje 1.157 graduações nos 26 Estados e no Distrito Federal – aumento superior a 600% em relação aos 165 credenciados em 1991. Parte dessa expansão está relacionada à criação de grandes grupos educacionais, como Anhanguera, Estácio, Ser Educacional e Kroton. Hoje, um em cada dez cursos jurídicos são controlados por essas empresas com capital aberto no mercado financeiro.

Segundo pesquisa do Observatório do Ensino de Direito, da Fundação Getúlio Vargas, os grupos viram no Direito uma boa oportunidade de negócio, com baixo custo operacional e uma demanda alta – atualmente o País tem 770 mil alunos na graduação. O grupo Estácio controla 52 cursos, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Concentrada em São Paulo, a Anhanguera tem 36, seguida pela Kroton, com 33, e a Ser Educacional, com sete.

Com essa explosão do ensino jurídico, a qualidade tem preocupado o Ministério da Educação (MEC), que suspendeu a criação de novos cursos no País em 2013. Para o coordenador da pesquisa, professor José Garcez, a maior capacidade financeira dos grandes grupos tem aumentado a concentração do mercado do Direito. “É um aspecto preocupante. Com essa concentração há uma homogeneização que pode comprometer a qualidade”, diz.

Os quatro grupos fazem parte dos 86% de instituições privadas (975 cursos) que oferecem o Direito na graduação, mestrado e doutorado, contra 14% em universidades públicas.

JORNAL DO ÔNIBUS

TRF nega habeas corpus de executivos

17 NOV 2014

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, indeferiu no sábado (15) seis pedidos de habeas corpus em nome de onze pessoas ligadas a empreiteiras que tiveram prisão decretada na sétima fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Segundo a assessoria de imprensa, não foram aceitos o habeas corpus para Eduardo Hermelino Leite, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, João Ricardo Auler, Dalton dos Santos Avancini, José Adelmario Pinheiro Filho, Alexan-

dre Portela Barbosa, Mateus Coutinho de Sá Oliveira, Carlos Eduardo Strauch Albero, Newton Prado Júnior e Gerson de Mello Almada.

As decisões são da desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrère, plantonista do TRF-4, em Porto Alegre. A sétima fase da operação, que investiga um esquema de lavagem e desvio de dinheiro na ordem de R\$ 10 bilhões, foi deflagrada na sexta-feira (14) pela Polícia Federal (PF) e teve como alvo executivos e funcionários de nove grandes empreiteiras. ●

NOTA POLÍTICA

Lista dos políticos

Uma das mais aguardadas etapas da Operação Lava Jato depois que a apuração atingiu as empreiteiras, a lista de quantas e quais são as autoridades com foro privilegiado envolvidas no escândalo ainda vai demorar. As denúncias ao Supremo Tribunal Federal só devem ser feitas depois que todos os investigados que optarem pela delação premiada falarem. Só então o Ministério Público Federal vai fechar a relação dos políticos sobre os quais há indícios.

Irmã e sobrinho de empresária vão a júri popular

A Justiça determinou que Christiane Abujamra, de 50 anos, e Arnold Vianna, de 24, sejam julgados por júri popular pela morte de Clemans Abujamra. Os acusados, que eram irmã e sobrinho da vítima, respondem por homicídio qualificado por motivo cruel, e fraude processual pelo crime ocorrido em Curitiba, em abril de 2013. Eles estão presos desde fevereiro de 2014, e cabe recurso da

sentença de pronúncia.

Em um primeiro momento, a polícia trabalhou com a hipótese de latrocínio - roubo seguido de morte. Porém, o inquérito concluiu que a irmã e o sobrinho da vítima eram os responsáveis pela morte a facadas, e por transportar o corpo em uma mala do apartamento onde o crime ocorreu para o terreno baldio no bairro Batel, onde foi localizado posteriormente. ●

Ex-prefeito de Realeza é transferido para Guarapuava

O ex-prefeito de Realeza, no sudoeste do Paraná, Eduardo André Gaievski, foi transferido do Centro de Reintegração Social de Barracão, que fica na região sudoeste do estado, na fronteira com a Argentina, para a Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), na região central do estado. A transferência foi autorizada pela Secretaria Estadual da Justiça após decisão judicial. Gaievski está preso desde agosto de 2013, quando foi condenado por abusar sexual de menores. O ex-prefeito ainda é suspeito de aliciar adolescentes oferecendo emprego na Prefeitura de Realeza.

Gaievski foi transferido para Barracão na segunda-feira (10) após autorização do juiz Moacir Antônio Dala Costa, da 3ª Vara de Execuções Penais, no dia 17 de outubro. O pedido pela transferência para o Centro de Reintegração Social partiu da defesa de Gaievski para facilitar as visitas da família. ●